



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, Agosto de 2009



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SUBSECRETÁRIO GERAL

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Fabrizio R. Valle Dantas Leite

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Josélia Castro de Albuquerque

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Marco Aurélio Alves de Mendonça

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE CONVÊNIOS

Irio Augusto Fernandes

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Carolina Barbosa Corrêa

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Fabrizio Marques Santos

Fernanda Stiebler

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

Gustavo Tavares Lameiro da Costa

João Vitor Pereira Pedrosa

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Pablo Reyes

Raphael Philipe Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Renata dos Santos

Renata Gomes Rimes de Almeida

Rodrigo Ferroglio Caldas



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal por que vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070.000



Sumário

Apresentação.....	7
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	10
II. Resultado Fiscal.....	11
II.1 Resultado Orçamentário	12
II.2 Resultado Primário	13
III. Receita Estadual	14
III.1 Receitas Correntes	14
III.1.1 Receita Tributária	15
III.1.2 Receita Patrimonial e <i>Royalties</i>	18
III.1.3 Receita de Transferências	19
III.1.4 Demais Receitas Correntes	21
III.2 Receitas de Capital	22
BOX 1 – PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE	24
IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro	26
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso	27
IV. 2 Despesa por grupo	28
IV. 3 Despesa por área de governo	30
IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional	30
IV. 3.2 Secretaria de Saúde e Defesa Civil – Aplicação Total.....	33
BOX 3 – USO DOS RECURSOS DO SUS	36
IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional.....	37
IV. 3.3 Secretaria Estado de Educação	40
IV. 3.4 FECAM	41
IV. 3.5 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	43
BOX 4 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER/RJ).....	46



IV. 3.6 Segurança Pública	47
IV.4 Cota Financeira	50
V.5 Requisições Judiciais de Pagamento	62
Precatórios.....	62
Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV.....	62
V. 6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço	65



Anexos

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada por Função - Fontes Tesouro e Outras Fontes

Anexo 8 – Execução Orçamentária Jan-Jun/2009 Secretaria de Saúde e Defesa Civil

Anexo 9 – Execução Orçamentária Jan-Jun/2009 Secretaria de Educação



Apresentação

Este é o nono número do boletim bimestral preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o terceiro do exercício de 2009. Seu objetivo continua a ser o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas dimensões, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão de receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Como manda a Lei há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranqüilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

Pela Lei, não pode haver contrato, compromisso ou despesa sem empenho prévio, garantindo-se a conformidade, integridade e transparência da execução orçamentária



O boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 16/07/2009.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado, e a receita ao de realizada, ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição, assim como nas duas edições anteriores do Boletim em 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE, nas contas do Estado. Isto porque a empresa foi declarada não dependente, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme o disposto no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro do dia 01/04/2009 na seção "Atos do Governador", Processo E-12/223/2009.

Esta declaração apenas reconhece uma realidade de fato, visto que a CEDAE já há algum tempo havia deixado de se enquadrar no conceito de empresa pública dependente, como definido no artigo 2, inciso III da LRF, *in verbis*:

"... empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária."

Com base no trecho citado, os dados relativos à Receita, Despesas e Dívida da CEDAE foram destarte depurados na análise do conjunto da execução do orçamento do

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição, assim como nas duas edições anteriores do boletim em 2009, não se apresentam os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE, como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada "não dependente".



Estado—apesar de formalmente tais rubricas ainda constarem deste orçamento. Para ter-se uma base de comparação entre os mesmos períodos do ano, esses dados também foram excluídos da base de 2008.

A CEDAE não é a primeira empresa do Estado a se tornar independente, nem a modernização do seu tratamento no âmbito do orçamento totalmente pioneiro. A Imprensa Oficial do Estado já é considerada independente há algum tempo, com os devidos reflexos na contabilidade pública—tendo tratamento igual ao da CEDAE neste boletim.

O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As duas seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita, enquanto a quarta seção analisa a despesa no seu agregado de execução orçamentária. Na terceira seção apresenta-se também breve panorama da evolução dos principais indicadores econômicos do estado (produção industrial, vendas, empregos, etc.). Na quarta seção, além de se apresentarem detalhes das despesas nas áreas com índice constitucional (saúde, educação e meio ambiente), apresentam-se também as despesas realizadas no âmbito da Segurança, do Departamento de Estradas de Rodagem—DER e do programa de investimento em parceria com a União, o PAC. Nesta seção também se faz uma síntese da evolução do gasto do Executivo nos últimos quatro anos. Por fim, a quinta seção apresenta elementos da política financeira do Estado, notadamente as operações do Tesouro Estadual para o pagamento das despesas do orçamento de 2009 e restos a pagar de anos anteriores, assim como dos precatórios judiciais decorrentes de ações de administrações anteriores corrigidas pela Justiça (todos os restos a pagar de 2008 que receberam uma programação de desembolso dos órgãos ordenadores de despesa foram pagos até o final de abril de 2009). A seção também informa a situação da dívida pública do Estado.

Na quarta seção deste boletim, analisa-se detalhadamente o gasto do Estado, com apresentações especiais sobre o DER-RJ, o PAC e uma síntese da evolução do gasto do Executivo de 2006 para cá.

O Estado já separou (empenhou) R\$ 109 milhões para a climatização das salas de aula, e, com a conclusão de 1/3 deste investimento, já pagou R\$ 35.6 milhões



I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas totais no 3º bimestre de 2009 ficaram 6,2% menores em relação ao projetado, resultado para o qual contribuiu a queda das receitas patrimoniais, em especial as advindas da exploração de petróleo, e o desempenho das receitas de capital. Certa estagnação na arrecadação do ICMS também contribuiu para esta queda, ao levar as receitas tributárias do terceiro bimestre de 2009 a ficarem 2% abaixo da meta. No acumulado do ano, a receita total atualmente ultrapassa o previsto em fevereiro de 2009 em 0,9%.¹

A receita patrimonial, cujo principal item é a receita de petróleo e gás, permaneceu abaixo da meta bimestral estabelecida na Resolução Conjunta SEFAZ/SEPLAG N°52/2009 (alterada pela Resolução SEFAZ/SEPLAG 65/2009) em 12,9%, devido ao nível de preço do barril tipo Brent e à taxa de câmbio observados terem sido ambos inferiores aos níveis utilizados na previsão quando da elaboração da meta.

As transferências correntes apresentaram desempenho 9,1% acima da meta bimestral, em grande parte porque a arrecadação de Imposto de Renda foi 8,65% acima do previsto; a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI também comportou-se melhor do que o antecipado.

As receitas de capital apresentaram-se muito abaixo da meta bimestral (e semestral), tendo-se realizado apenas 47,2% (25,6%) do projetado, em decorrência da cadência de implementação do Programa Aceleração do Crescimento – PAC.

O desembolso de operações de crédito também ficou cerca de 47% (51,6%) abaixo do previsto para o terceiro

A receita total no semestre ultrapassou em 0,9% o valor previsto em fevereiro de 2009

Tabela 1

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA (MAI-JUN 2009)
(art 8º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões					
	META DE RECEITA (MAI-JUN) 2009	RECEITA REALIZADA (MAI-JUN) 2009	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-JUN) 2009	RECEITA REALIZADA (JAN-JUN) 2009	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES	6.011,71	5.779,19	96,1%	18.440,14	19.286,46	104,6%
TRIBUT.	3.727,55	3.654,56	98,0%	11.709,27	12.512,06	106,9%
CONTRIB.	132,00	133,32	101,0%	395,78	418,09	105,6%
PATRIM.	1.142,91	995,46	87,1%	3.215,13	3.097,28	96,3%
AGROPEC.	0,04	0,01	15,3%	0,10	0,02	22,4%
INDUST.	7,78	2,57	33,0%	40,66	2,93	7,2%
SERV.	134,44	53,33	39,7%	417,83	152,65	36,5%
TRANSF. CORR.	723,22	788,71	109,1%	2.267,95	2.384,97	105,2%
OUTRAS	143,79	151,24	105,2%	393,42	718,45	182,6%
REC. CAPITAL	302,20	142,51	47,2%	892,87	228,27	25,6%
OPER. CRÉDITO	37,32	19,81	53,1%	104,55	53,94	51,6%
ALIEN. BENS	0,02	-0,01	-57,0%	0,19	0,44	229,1%
AMORT. EMPRÉST.	11,52	8,28	71,9%	33,57	50,99	151,9%
TRANSF. CAP.	252,27	114,37	45,3%	751,37	122,84	16,3%
OUTRAS	1,06	0,06	6,0%	3,19	0,06	2,0%
Total	6.313,91	5.921,70	93,8%	19.333,01	19.514,74	100,9%

¹ A receita tributária foi ampliada em 2009 pela reclassificação da receita de prestação de serviços do DETRAN ("Serviços de Inspeção e Fiscalização" – rubrica 16001400), de Receita de Serviços para a rubrica Taxa (Receita Tributária). Tal reclassificação é fruto de determinação do Tribunal de Contas do Estado e seu impacto no total das receitas correntes do estado é nulo.



bimestre (1º semestre) de 2009, alcançando R\$19,81 milhões (R\$ 53,9 milhões). Isto decorre, em parte, por conta de novas exigências na esfera federal, que tem alongado o tempo de aprovação de novas operações.

A despesa total paga no primeiro semestre foi maior do que a despesa orçamentária em função do R\$ 1,75 bilhão de restos a pagar (RP) de 2008 pagos nos primeiros meses de 2009, que representam um desembolso relativo ao orçamento de 2008. De fato, além de R\$ 687 milhões de RP de pessoal, o Estado pagou mais de R\$ 1 bilhão em RP relativos a despesas correntes e investimento. Todos os RP de 2008 de responsabilidade do Tesouro Estadual emitidos no prazo já foram quitados pelo Estado.

II. Resultado Fiscal²

Os resultados fiscais de 2009 foram significativamente afetados pela forte queda nas receitas de petróleo, que regrediram a patamares de 2005. O efeito desta deterioração foi em boa parte amortecido pela programação financeira desenvolvida pelo Estado no Rioprevidência. Especificamente, o fundo de pensão dos servidores do Estado, beneficiário principal das receitas de petróleo, poupou o aumento de receita verificado em 2008, permitindo suportar seus pagamentos sem riscos, apesar da queda de receitas em 2009.

As contas do Estado são, portanto, mais bem entendidas segregando-se o resultado do Rioprevidência³. Neste caso, observa-se que o resultado orçamentário do estado apresentou queda de 57,1% no 3º bimestre e aumento de 9,3% no semestre, sempre em relação aos períodos correspondentes de 2008⁴.

² O resultado fiscal exclui as receitas e as despesas intra-orçamentárias.

³ As receitas e despesas do Rioprevidência foram retiradas das respectivas rubricas orçamentárias apenas nas tabelas 3 e 4 deste boletim.

⁴ Nesta seção, a despesa é analisada pela ótica da liquidação, ao contrário da análise apresentada na primeira seção, que utiliza o conceito de despesa efetivamente paga. A comparação dos resultados demonstrado nas tabelas 3 e 4 não consideram as receitas da CEDAE e da Imprensa Oficial, uma vez que ambas as empresas são agora consideradas

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*					
ESTADO DO RIO DE JANEIRO / JAN-JUN 2009					
Em R\$ milhões					
GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXECUÇÃO JAN-JUN 2009	DESPESA ORÇAM. REALIZ. JAN-JUN	RP 2008 PAGO	DESPESA TOTAL REALIZAD A JAN-	% REALIZ.
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.259	3.445	687	4.132	97,0%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.475	10.445	765	11.210	97,7%
INVESTIMENTOS/ INVERSÕES	956	267	298	565	59,1%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA / AMORT.	1.552	1.538		1.538	99,1%
TOTAL	18.243	15.695	1.750	17.445	95,6%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias
**Considerada a despesa paga e excluídas as despesas intra-orçamentárias

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2008/ MAI-JUN 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2008	2009		2008	2009	
	I. RECEITA TOTAL (A)	6.305,57		5.921,70	-6,1%	
I.1 RECEITA CORRENTE	5.416,66	5.528,96	2,1%	16.491,84	18.091,36	9,7%
I.1.1 Tributária	3.543,22	3.654,56	3,1%	11.136,62	12.512,06	12,4%
I.1.2 Patrimonial	776,02	753,21	-2,9%	2.177,40	1.923,60	-11,7%
I.1.3 Transferências	722,29	788,71	9,2%	2.020,46	2.384,97	18,0%
I.1.4 Demais Correntes	375,13	332,47	-11,4%	1.157,36	1.270,72	9,8%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	64,02	142,51	122,6%	133,21	200,89	50,8%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	824,88	250,23	-69,7%	1.769,08	1.222,50	-30,9%
II. DESPESA TOTAL (B)	6.003,97	6.665,71	11,0%	17.371,40	19.197,38	10,5%
II.1 DESPESA CORRENTE	4.633,21	4.927,09	6,3%	13.447,36	14.495,10	7,8%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	1.408,30	1.576,25	11,9%	4.211,86	4.655,24	10,5%
II.1.2 Demais Correntes	2.837,90	2.980,12	5,0%	8.108,74	8.687,72	7,1%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	387,02	370,72	-4,2%	1.126,76	1.152,14	2,3%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	300,85	509,65	69,4%	733,35	1.124,83	53,4%
II.2.1 Invest.	145,08	298,56	105,8%	294,28	478,71	62,7%
II.2.2 Inv. Financ.	23,68	6,28	-73,5%	27,17	27,45	1,0%
II.2.3 Amort. Dívida	132,09	204,82	55,1%	411,90	618,67	50,2%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.069,91	1.228,96	14,9%	3.190,69	3.577,45	12,1%
RES. ORÇAM. S/ RIOPREV. (A-C) - (B-D)	546,62	234,72	-57,1%	2.444,34	2.672,32	9,3%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA	-245,02	-978,59	-299,4%	-1.421,61	-2.354,95	-65,7%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREVIDÊNCIA	301,60	-743,86	-346,6%	1.022,73	317,36	-69,0%

Quando se considera Rioprevidência, o resultado orçamentário total é negativo em R\$ 744 milhões no bimestre e positivo em R\$ 317 milhões no semestre, representando uma queda de 69% em relação ao primeiro semestre de 2008. A queda na entrada de recursos no Rioprevidência vem sendo amortizada pelo superávit financeiro de R\$1.347 bilhões gerado em 2008. Verifica-se, assim, que, no Rio de Janeiro, a decisão de vincular as receitas de *royalties* e participações especiais ao Rioprevidência dotou-o de uma função estabilizadora do orçamento estadual, pois quando o mercado internacional do petróleo está em alta o Fundo acumula recursos e, quando está em baixa utiliza esses recursos evitando, na maioria das vezes, o aporte de recursos do tesouro

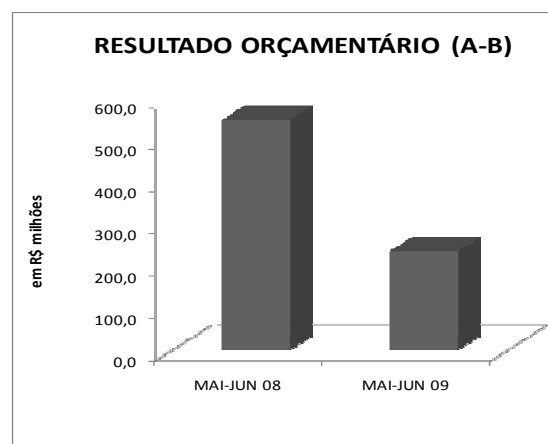
II.1 Resultado Orçamentário

A piora no desempenho do Resultado Orçamentário no terceiro bimestre pode ser rastreada na divergência entre o aumento de 3,5% nas receitas totais (+R\$190,78 milhões) e o crescimento de 10,2% (+R\$502,69 milhões) ocorrido nas despesas totais. Não obstante o impacto no terceiro bimestre, o resultado orçamentário do semestre cresceu 9,3% frente a 2008 (+R\$ 227,97 milhões), com variações positivas de 10% nas receitas totais e 10,1% nas despesas totais.

Parte do crescimento das despesas totais se explica pelo crescimento do investimento, de 105,8% no 3º bimestre e 62,7% no 1º semestre de 2009, quando comparado com os períodos correspondentes em 2008. A ampliação do investimento, não obstante a desaceleração econômica observada desde a segunda metade de 2008, e a conseqüente restrição orçamentária no corrente ano, reflete a priorização do Estado em face de uma expectativa de crescimento das receitas tributárias na faixa de 4% em 2009.

Os efeitos da queda na receita de petróleo vêm sendo amortizados pelo superávit financeiro do Rioprevidência constituído em 2008

Gráfico 1



A despeito da crise, o investimento do Estado cresceu 62,7% no primeiro semestre de 2009 em comparação ao período equivalente de 2008

não dependentes, na forma prevista pelo inciso III, do art. 2º da LRF. A independência da CEDAE está disposta nos "Atos do Governador" do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 01/04/2009 sob o processo de número E-12/223/2009.

A despesa de “Pessoal e Encargos Sociais”⁵ também vem apresentando dinâmica bastante acentuada, explicada pelo aumento de 8% nos salários de professores e policiais, assim como novos concursos, a reclassificação do Nova Escola como despesa de pessoal, e fatores menores, como a reclassificação da despesa com cooperativas da saúde de custeio para pessoal. Com isto, a despesa de pessoal apresentou incremento nominal de 11,9% no terceiro bimestre e 10,5% no primeiro semestre do ano, enquanto as demais despesas correntes apresentaram aumento de apenas 5% frente ao 3º bimestre do ano passado (7,1% no ano). Também houve diminuição nas despesas de juros e encargos da dívida no 3º bimestre (-4,2% em relação a 2008), ainda que no semestre tenha havido aumento (+2,3%).

As despesas de capital foram 69,4% maiores vis-à-vis o terceiro bimestre de 2008 (+R\$208,80 milhões). No acumulado, esta rubrica apresenta variação positiva de 53,4% (+R\$391,47 milhões). Além dos investimentos, também as despesas de amortização da dívida apresentaram aumento (+R\$72,73 milhões, equivalente a 55,1%), frente ao 3º bimestre de 2008. No acumulado do ano, já foram destinados R\$618,87 milhões para amortização de dívida, fato que representa um aumento de 50,2% frente aos seis primeiros meses de 2008. O aumento na amortização da dívida, que se refletirá no orçamento de 2010 deve-se principalmente ao fim do prazo de carência de alguns empréstimos externos e a alguma flutuação no câmbio.

II.2 Resultado Primário⁶

O arrefecimento das receitas tributárias e a forte contração no valor da participação especial de maio levaram o resultado primário do 3º bimestre de 2009 a

O crescimento da despesa de pessoal é em parte explicado pela reclassificação de algumas despesas anteriormente contabilizadas como de custeio ou investimento

Em 2009 já foram destinados R\$ 619 milhões para a amortização da dívida, além do pagamento de juros

Tabela 4

RESULTADO PRIMÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2008/ MAI-JUN 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA (A)	6.305,57	5.921,70	-6,1%	18.394,13	19.514,74	6,1%
RECEITAS FINANCEIRAS (B)	132,81	111,64	-15,9%	319,66	383,09	19,8%
RECEITA NÃO-FINANCEIRA (C)	6.172,76	5.810,06	-5,9%	18.074,46	19.131,65	5,8%
DESPESA* (D)	6.003,97	6.665,71	11,0%	17.371,40	19.197,38	10,5%
DESPESAS FINANCEIRAS (E)	520,02	576,24	10,8%	1.540,21	1.772,44	15,1%
DESPESA NÃO-FINANCEIRA (F)	5.483,95	6.089,46	11,0%	15.831,19	17.424,93	10,1%
RES. PRIM. S/ RIOPREVIDÊNCIA (C-F) - (G)	957,86	712,66	-25,6%	3.715,11	4.153,28	11,8%
RES. PRIMÁRIO RIOPREVIDÊNCIA (G)	-269,05	-992,07	-268,7%	-1.471,84	-2.446,56	-66,2%
RESULTADO PRIMÁRIO C/ RIOPREV. (C-F)	688,81	-279,41	-140,6%	2.243,28	1.706,72	-23,9%

⁵ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

⁶ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

ficar 25,6% aquém daquele ocorrido no mesmo período do ano passado (Tabela 4), limitando-se a R\$699,31 milhões (com o Rioprevidência segregado). Não obstante, o resultado primário do semestre foi 10,8% maior do que no período equivalente de 2008, em parte porque a base das participações governamentais sobre petróleo e gás só deram um salto depois de fevereiro de 2008, e o ICMS teve excelente comportamento no começo de 2009.

O resultado primário incluindo o Rioprevidência se tornou negativo no 3º bimestre (- R\$ 279,7 milhões), ainda que o grande déficit primário do regime no primeiro semestre (R\$2,38 bilhões) não tenha anulado o resultado primário antes do Rioprevidência (R\$ 4,1 bilhões), resultando em um resultado primário para o Estado no primeiro semestre de R\$ 1,7 bilhão (-23,9% em relação ao primeiro semestre de 2008).

III. Receita Estadual⁷

Nos seis primeiros meses de 2009, a receita estadual alcançou R\$19.514,74 milhões, implicando um crescimento de 6,1% em relação ao mesmo período de 2008. No entanto, a execução do terceiro bimestre deste ano apresentou redução de 6,1% frente ao mesmo período do ano anterior (Tabela 5).

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes alcançaram R\$19.286,46 milhões até junho de 2009, 5,8% a mais em relação ao mesmo período de 2008. No entanto, no 3º bimestre, o montante foi de R\$5.779,19 milhões, 7,1% menor frente ao 3º bimestre do ano anterior. As receitas tributárias do primeiro semestre de 2009 ultrapassaram o valor correspondente de 2008 em 12,4%, enquanto as receitas tributárias do 3º bimestre superaram aquelas do respectivo bimestre de 2008 em 3,1%.

O resultado primário, excluído o Rioprevidência, cresceu 10,8% no primeiro semestre de 2009, comparado com o período equivalente de 2008; considerando o Rioprevidência, houve uma contração de 23,9%

Tabela 5
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2008/ MAI-JUN 2009

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2008	2009		2008	2009	
TRIBUTÁRIA	3.543,22	3.654,56	3,1%	11.136,62	12.512,06	12,4%
CONTRIBUIÇÕES	136,79	133,32	-2,5%	380,79	418,09	9,8%
PATRIMONIAL	1.571,82	995,46	-36,7%	3.871,10	3.097,28	-20,0%
AGROPECUÁRIA	0,00	0,01	432,2%	0,01	0,02	93,2%
INDUSTRIAL	0,18	2,57	1298,2%	0,65	2,93	354,0%
DE SERVIÇOS	124,01	53,33	-57,0%	450,19	152,65	-66,1%
TRANSF. CORR.	722,29	788,71	9,2%	2.020,46	2.384,97	18,0%
OUTRAS CORR.	125,24	151,24	20,8%	362,81	718,45	98,0%
REC. CORR.	6.223,56	5.779,19	-7,1%	18.222,63	19.286,46	5,8%
REC. CAPITAL	82,01	142,51	73,8%	171,49	228,27	33,1%
Total	6.305,57	5.921,70	-6,1%	18.394,13	19.514,74	6,1%

A Receita tributária cresceu 12,4% no primeiro semestre de 2009, comparado ao mesmo período de 2008

⁷ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rioprevidência.



As receitas patrimoniais do 3º bimestre de 2009 foram 36,7% inferiores a 2008 (-20% no semestre) O decréscimo destas receitas reflete principalmente o novo nível de preços internacionais do Petróleo, que persistem desde o último trimestre de 2008. Cabe ressaltar que o patamar de preços do barril de petróleo ao longo da maior parte de 2008 foi atípico (muito acima do nível histórico). A partir de 2009, o nível de preços retornou a um patamar considerado “normal” pelo mercado. A média de preços de 2009 dificilmente alcançará aquela observada em 2008.

As transferências correntes, por sua vez, apresentaram crescimento de 9,2% em relação ao 3º bimestre de 2008 (+18% no ano), aí incluída a devolução de parte dos recursos aplicados pelo Estado no FUNDEB, que é alimentado essencialmente por recursos dos impostos estaduais. As receitas de serviço sofreram redução de 57% (menos 66,1% nos seis primeiros meses, em comparação com 2008), constituindo reflexo da alteração da classificação das receitas oriundas dos serviços prestados pelo DETRAN-RJ (vistoria, emissão de documentos, etc.) atualmente classificadas como receitas de Taxas (tributárias), em cumprimento a determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ).

As transferências correntes cresceram 9,2%, refletindo principalmente um artifício contábil decorrente do FUNDEB, que é uma receita que sai dos próprios cofres do Estado, e o crescimento das transferências do SUS.

III.1.1 Receita Tributária

A arrecadação da receita tributária até Junho de 2009 foi de R\$12.512,06 milhões, 12,4% a mais em relação ao mesmo período de 2008 (Tabela 6). Na comparação com o 3º bimestre do ano passado, a receita tributária foi 3,1% maior, aí incluindo o efeito da reclassificação das taxas do DETRAN da rubrica de receita de serviços para receita tributária. Expurgada essa mudança, as variações ficam em 1% no bimestre e 9,2% no acumulado do ano.

A arrecadação da receita tributária no 3º bimestre foi 3,1% maior do que aquela no período equivalente de 2008; excluindo-se a reclassificação das taxas do DETRAN, a variação em relação a 2008 é de 1%

Tabela 6

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2008/ MAI-JUN 2009

RS milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.543,22	3.654,56	3,1%	11.136,62	12.512,06	12,4%
ICMS	2.815,47	2.821,36	0,2%	8.395,14	8.982,43	7,0%
Adicional do ICMS	309,99	315,32	1,7%	920,70	988,00	7,3%
IRRF	120,02	131,07	9,2%	452,30	520,00	15,0%
IPVA	130,08	162,40	24,8%	980,79	1.215,24	23,9%
ITD e ITBI	38,60	48,38	25,3%	117,38	123,25	5,0%
Taxas	129,06	176,03	36,4%	270,31	683,15	152,7%

o montante de R\$8.982,43 milhões, 7% a mais que o ano anterior.

A estabilidade da arrecadação do ICMS no Rio de Janeiro, apesar das flutuações das economias nacional e fluminense (Box 1), explica-se em parte pelos esforços de arrecadação e aumento da conformidade legal dos contribuintes, assim como pela composição de sua base, com forte presença de setores como eletricidade (15,4% do arrecadado com ICMS), telefonia (18,8%) e combustíveis (12,1%), cuja demanda apresenta baixa elasticidade, ou seja, baixa sensibilidade dos consumidores face a variações nos preços (Tabela 6.1).

Por outro lado, o setor da Metalurgia e Siderurgia teve uma queda de 31,7% no acumulado do ano e 27,5% no bimestre, passando de 6º lugar no começo de 2008 para a 7ª posição, em 2009. Outros setores com quedas significativas na arrecadação de ICMS também têm natureza industrial, tais como o de Eletroeletrônico (-24,3% no ano e -23,1% no bimestre) e o de Transporte Viário (-5,8% no ano e -10,8% no bimestre).

Em termos de contribuição para a variação da receita de ICMS no primeiro semestre de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, a energia elétrica contribuiu com 1/5 desta variação, valor aproximado da contribuição do setor de petróleo (aí incluídas algumas plataformas), e aproximadamente o dobro da contribuição individual da indústria química e de fármacos, cuja arrecadação cresceu próxima a 20%. O forte crescimento de têxteis (+26%) também correspondeu a uma contribuição próxima a 10% do total, e um pouco superior à dos supermercados (7%), decorrente esta do crescimento de 9,4% na arrecadação do setor. O baixo crescimento das comunicações (e.g., telefonia), de apenas 3,4%, resultou em uma contribuição modesta ao crescimento total (9%), apesar do participação significativa deste setor na arrecadação total do ICMS (17,9%). As causas do fraco desempenho do setor de telefonia ainda não são claras, e refletem comportamento bastante distinto entre concessionárias.

Tabela 6.1

ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2008/2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		part % 2009	var % 09/08	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		part % 2009	var % 09/08
	2008	2009			2008	2009		
BEBIDAS	145,40	148,20	5,3%	1,9%	472,50	492,68	5,5%	4,3%
EDITORIAL E GRÁFICA	67,00	82,80	2,9%	23,6%	208,40	237,81	2,6%	14,1%
ELETROELETRÔNICO	36,00	27,70	1,0%	-23,1%	118,02	89,39	1,0%	-24,3%
ENERGIA ELÉTRICA	451,50	434,00	15,4%	-3,9%	1.320,56	1.445,59	16,1%	9,5%
METALURGIA / SIDERURGIA	168,60	122,30	4,3%	-27,5%	445,54	304,16	3,4%	-31,7%
PERFUMARIA / COSMÉTICOS	68,50	76,40	2,7%	11,5%	200,43	218,48	2,4%	9,0%
PETROLÍFERA / PETROQUÍMICA	310,80	340,50	12,1%	9,6%	997,85	1.116,72	12,5%	12,1%
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	69,10	85,30	3,0%	23,4%	222,01	272,29	3,0%	22,7%
PRODUTOS FARMACÊUTICOS	96,30	107,80	3,8%	11,9%	292,47	348,73	3,9%	19,2%
QUÍMICA	105,20	120,60	4,3%	14,6%	293,43	350,38	3,9%	19,4%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	516,60	529,50	18,8%	2,5%	1.559,62	1.612,01	17,9%	3,4%
SERVIÇOS DE TRANSPORTE	31,60	35,00	1,2%	10,8%	96,36	107,44	1,2%	11,5%
SUPERMERCADOS (ATAQ/VAREJO)	131,70	143,20	5,1%	8,7%	426,51	466,78	5,2%	9,4%
TÊXTIL / VESTUÁRIO	62,20	75,70	2,7%	21,7%	205,94	256,70	2,9%	25,6%
TRANSPORTE VIÁRIO	103,00	91,90	3,3%	-10,8%	296,41	269,68	3,0%	-5,8%
OUTROS	451,97	400,46	14,2%	-11,4%	1.249,10	1.389,59	15,5%	11,2%
TOTAL	2.816,47	2.821,36	100,0%	0,2%	8.395,14	8.982,43	100,0%	7,0%

Os setores que mais contribuíram para o crescimento da receita do ICMS no primeiro semestre foram energia elétrica, petróleo—incluindo o ICMS sobre equipamentos offshore, fármacos e químicos. Junto com têxteis, esses setores compensaram as grandes perdas no setor industrial; apesar de estar no setor de serviços, as telecomunicações e, em especial, a telefonia apresentaram uma arrecadação fraca e um desempenho com grande dispersão entre os principais contribuintes.



O Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF – apresentou um crescimento 9,2% no bimestre e 15% no período janeiro/junho, em relação a 2008 (tabela 6). O aumento desta receita calculada sobre a remuneração do funcionalismo estadual se deve, em parte, a acréscimos salariais e novas admissões nas áreas de saúde, educação e segurança, após o 1º bimestre de 2008 (8% reajuste salarial de segurança e educação; 5% de aumento salarial dos poderes legislativo e judiciário).

A arrecadação do IPVA apresentou crescimento de 24,8% no terceiro bimestre de 2009 e 23,9% no acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2008 (tabela 6). Este desempenho estende o crescimento da arrecadação no segundo semestre de 2008, também da ordem de 20%-25%, e se associa à ação repressiva desenvolvida pelo DETRAN/RJ a partir do começo de 2009, evidenciado pelo aumento de apreensões de veículos, que até junho foi de 5.941 veículos⁸.

O Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações – ITD – apresentou elevação no 3º bimestre de 25,3% em relação a 2008 (tabela 6), mantendo ainda elevação de 5% no acumulado do ano, explicada em parte por algumas doações excepcionais de valores mobiliários no último bimestre.

O crescimento das receitas de Taxas (tabela 7), em relação aos períodos equivalentes de 2008, foi de 36,4% no 3º bimestre de 2009 e 152,7% no 1º semestre. Este crescimento está relacionado à reclassificação da Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito (R\$ 27,1 milhões no bimestre) e da Taxa de Serviços de Trânsito (R\$ 47,1 milhões no bimestre), ambas arrecadas pelo DETRAN e antes classificadas em receitas de Serviços (até 2008). Juntas, elas totalizaram 42,1% do recolhimento total de Taxas no bimestre, e 50,9% do recolhimento no semestre. Dada a flutuação de certas taxas, a exclusão dos valores do DETRAN, resultaria em as Taxas no bimestre terem

A arrecadação do IPVA aumentou 24,8% no terceiro bimestre de 2009 em relação a 2008, resultado da ação repressiva do DETRAN/RJ evidenciado pelo aumento de apreensões de veículos, que até junho foi de 5.941 veículos.

Tabela 7

RECEITA DE TAXAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2008 / MAI-JUN 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2008	2009		2008	2009	
Taxas	129,06	176,03	36,4%	270,31	683,15	152,7%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	3,35	30,22	802,9%	9,33	188,51	1919,9%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito*	0,00	27,11	0,0%	0,00	178,52	0,0%
Outras	3,35	3,11	-7,1%	9,33	9,98	7,0%
Taxas pela Prestação de Serviços	125,71	145,81	16,0%	260,98	494,64	89,5%
Emolumentos e Custas Judiciais	37,12	48,32	30,2%	102,03	128,79	26,2%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	30,67	36,54	19,2%	85,82	96,14	12,0%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	57,92	60,94	5,2%	73,13	269,72	268,8%
Taxa de Serviços de Trânsito*	0,00	47,08	0,0%	0,00	168,92	0,0%
Outras	57,92	13,86	-76,1%	73,13	100,80	37,8%

Nota: * Taxas do DETRAN

O crescimento das receitas de Taxas, em relação aos períodos equivalentes de 2008, foi de 36,4% no bimestre, e 152,7% nos seis primeiros meses do ano. Retirando os valores do DETRAN, a variação de fato seria de menos 21,1% em relação ao 3º bimestre de 2008, e 24,2% a mais frente ao acumulado nos seis primeiros meses do ano passado.

⁸ Janeiro - 1.239; Fevereiro - 786; Março - 801; Abril - 674; Maio - 1.076; e Junho - 1.365.



caído 21,1% em relação a 2008, apesar de crescer 24,2% no semestre, também em relação a 2008.

Estas flutuações devem-se principalmente à antecipação do período de vencimento de certos emolumentos (e.g., do Corpo de Bombeiros e de Registro no Comércio) e taxas (e.g., de Prevenção e Extinção de Incêndio).

Observe-se foram excluídas as receitas decorrentes da venda de serviços de água tratada, saneamento, etc., executadas pela empresa CEDAE, em vista desta ter deixado de ser dependente do governo.

III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial alcançou o montante de R\$ 3.097,28 milhões no acumulado dos seis primeiros meses de 2009, e R\$995,46 milhões no terceiro bimestre (Tabela 8). Como vem ocorrendo ao longo deste exercício, a arrecadação desta rubrica apresentou variação negativa. Em relação ao mesmo período de 2008, as receitas patrimoniais apresentaram redução de 36,7% no bimestre e de 20% nos seis primeiros meses do ano. O principal motivo foi a queda das receitas provenientes de Petróleo, que apresentaram decréscimo de 40,5%, no bimestre; e 30,7%, no ano.

A contínua queda das participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás deu-se por motivos alheios ao controle do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em especial a queda nos preços internacionais do petróleo (-54%), que não foi compensada pelo aumento do câmbio (33,1%) e da produção (14%) no período de cálculo do bimestre (Mar-Abr).

A perda na participação especial de maio ultrapassou R\$ 400 milhões, representando uma redução de 45%, ou seja 150% do efeito combinado da queda de preços, aumento da produção e câmbio. A forte redução na participação especial reflete a rigidez de certos preços na operação das principais concessionárias de petróleo e o baixo valor dessas participações nos campos novos (e.g., Roncador).

Tabela 8

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2008/ MAI-JUN 2009

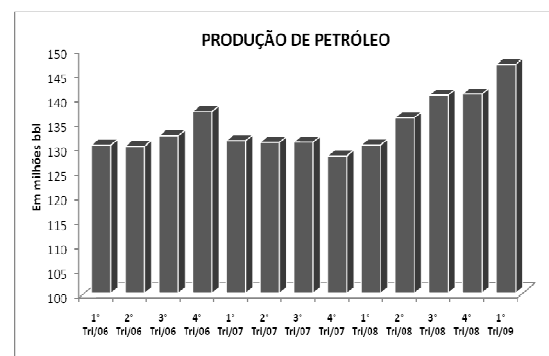
R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA PATRIMONIAL	1.571,82	995,46	-36,7%	3.871,10	3.097,28	-20,0%
Petróleo	1.308,46	778,09	-40,5%	2.795,74	1.938,58	-30,7%
Royalties	356,99	257,51	-27,9%	1.003,11	709,37	-29,3%
Part. Especial	951,05	520,29	-45,3%	1.791,46	1.228,39	-31,4%
FEP	0,42	0,29	-29,8%	1,17	0,81	-30,6%
CFT's	194,01	124,59	-35,8%	888,13	850,50	-4,2%
Aplic. Financeiras	56,11	83,57	48,9%	155,25	277,72	78,9%
Demais Rec. Patrimoniais	13,25	9,20	-30,5%	31,98	30,48	-4,7%

Tabela 8.1

Discriminação	Mar-Abr 2008	Mar-Abr 2009	Var. %
Produção (milhões de bbl)	88,32	100,81	14,1%
Brent (US\$/bbl)	106,35	48,87	-54,0%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,70	2,26	33,1%

Gráfico 2



O valor dos resgates dos CFTs⁹, segunda grande receita patrimonial, efetuados no 3º bimestre de 2009 foi 35,8% menor que o realizado no mesmo período de 2008 (tabela 8 e Gráfico 3). Cabe lembrar que a receita advinda do resgate desses títulos é resultado da permuta dos haveres financeiros com o Tesouro Nacional. Esta troca se deu essencialmente com o recebimento pelo Estado dos CFTs cedendo em troca alguns ativos associados aos recebíveis das receitas estaduais da produção de petróleo e gás à União até 2014.

III.1.3 Receita de Transferências

As receitas de transferências somaram R\$788,71 milhões no 3º bimestre de 2009, e R\$2.384,97 milhões no semestre, o que representa um aumento de 9,2% e 18,0% em relação aos mesmos períodos do ano de 2008. (Tabela 9).

O aumento no primeiro semestre deve-se à combinação de mais transferências federais, maior fluxos do FUNDEB e o aumento de receitas de convênios.

O aumento das transferências da União no semestre deve-se quase que exclusivamente ao crescimento das transferências do SUS (+R\$ 160 milhões, ou 52,9% no semestre) por conta de novos programas com o Estado (BOX 2), visto que as outras transferências diminuíram, notadamente a CIDE (queda de 2/3), o FPE (-2,2%), o IPI-Exportação (-16,6%), e “demais” transferências (-26,1%); ou ficaram estagnadas, caso da “Lei Kandir” de compensação nas exportações. O aumento do Salário Educação, apesar de expressivo percentualmente (16,9%), cingiu-se a R\$ 21 milhões, bem menos, por exemplo que a queda do IPI-exportação.

As transferências da União obtiveram um resultado de R\$463,15 milhões no 3º bimestre de 2009 (+1,2%), e

⁹ Certificados Financeiros do Tesouro.

Gráfico 3

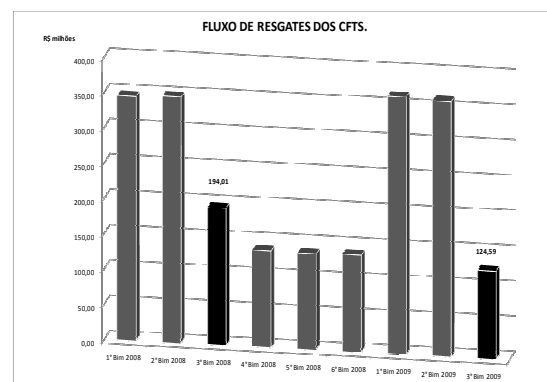


Tabela 9

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2008/ MAI-JUN 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	722,29	788,71	9,2%	2.020,46	2.384,97	18,0%
Transf da União	457,69	463,15	1,2%	1.241,14	1.310,34	5,6%
FPE	120,62	126,64	5,0%	364,08	355,99	-2,2%
IPI exp	88,80	72,52	-18,3%	253,13	211,15	-16,6%
IOF	0,01	0,01	30,8%	0,04	0,04	1,9%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	48,00	15,54	-67,6%
SUS	92,04	138,05	50,0%	301,87	461,61	52,9%
Salário Educação	36,84	41,62	13,0%	121,56	142,14	16,9%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	42,89	42,89	0,0%
Demais Transf. da União	105,08	70,01	-33,4%	109,59	80,98	-26,1%
FUNDEB	231,62	293,97	26,9%	717,68	975,59	35,9%
Convênios	32,58	31,33	-3,8%	60,23	96,81	60,7%
Outras Transf. Corr.	0,41	0,25	-38,2%	1,41	2,24	58,4%

As principais transferências da União ficaram estagnadas ou diminuíram, em contraste com o comportamento das transferências do SUS e Salário Educação, estas ainda bem apoiadas no crescimento recente do emprego



R\$1.310,34 milhões nos seis primeiros meses do ano (+5,6%). O FPE apresentou aumento de 5% no 3º bimestre de 2009, mas queda de 2,2% no semestre, ambos em relação aos períodos correspondentes no ano anterior. A queda na arrecadação do IPI-exportação em relação a 2008 foi de 18,3% no bimestre e 16,6% no acumulado do ano. .

O bom comportamento do emprego formal no começo do ano (BOX 1) permitiu que o Salário-Educação¹⁰ apresentasse aumento de aproximadamente +13% no bimestre, e 16,9% no semestre.

Em relação ao FUNDEB, os R\$ 293,97 milhões de transferências recebidos no 3º bimestre de 2009 (R\$975,59 milhões em janeiro-junho) corresponderam a um aumento de 26,9% (+35,9% jan-jun) em relação ao período equivalente em 2008. Assinale-se, no entanto, que o Fundo tem seu financiamento advindo em grande parte do Estado, cujo aporte para tal Fundo é maior que o da União. O aumento das receitas atribuídas ao FUNDEB se deve, portanto, a dois fatores: o aumento dos fluxos para o Fundo e um crescimento marginal na proporção desses fluxos que retorna ao Estado. Em relação ao primeiro fator, todos os tributos que compõem a cesta de recursos do FUNDEB passaram a ter alíquota de 20% de contribuição a partir de 2009, enquanto, até 2008, alguns tributos contribuíam com 18,33%, enquanto outros contribuíam com 13,33%.

Apesar dos Convênios e das Outras Transferências Correntes terem apresentado queda no bimestre (-3,8% e -38,2%, respectivamente), no acumulado do ano estes percentuais foram favoráveis, apresentando aumento de 60,7% e 58,4%, respectivamente. Um dos principais motivos para o aumento destas receitas foi o desenvolvimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A transferência voluntária decorrente

As “receitas” do FUNDEB aumentaram porque a proporção de impostos estaduais destinados ao Fundo aumentou, por conta da regra para a distribuição de recursos proporcionais para o Estado, devido às suas responsabilidades na rede de ensino básica, não municipalizada.

Os convênios com a União, com a aceleração de algumas obras do PAC, tiveram variação de 60,7% em relação ao acumulado dos seis primeiros meses de 2008.

¹⁰ O salário-educação (1964) é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública. Ela está prevista no art. 212, §5º CF/88, regulamentada pelas leis nº 9.424/96, 9.766/98, Decreto nº 6.003/06 e Lei nº 11.457/07. É calculada com base na alíquota de 2,5% sobre o valor total das remunerações pagas/creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais.

de convênio alcançou quase R\$ 100 milhões nos primeiros seis meses de 2009.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes apesar de terem apresentado redução de 11,8% no 3º bimestre de 2009, tiveram incremento de 8,2% no semestre em relação aos mesmos períodos do ano anterior. O aumento no valor acumulado é explicado basicamente pelo efeito do encontro de contas entre CEDAE e Estado no segundo bimestre, que resultou no pagamento de aproximadamente R\$ 300 milhões à Dívida Ativa, referentes ao ICMS não recolhido em anos passados. Descontado o encontro de contas da CEDAE, há queda de 10,9% no semestre das demais despesas correntes. O decréscimo se explica pela queda na receita de serviços, decorrente da reclassificação das receitas do DETRAN que foram incorporadas à receita tributária, na rubrica de taxas, a partir do início de 2009, conforme determinação do TCE-RJ.

Ao se decompor as Demais Receitas Correntes, observa-se que a Receita de Contribuições teve leve queda de 2,5% no 3º bimestre de 2009, em relação ao mesmo bimestre de 2008 (+9,8% no semestre), enquanto Multas e Juros de Mora cresceram +11,2% no bimestre (+18,2% no semestre). Indenizações e Restituições apresentaram crescimento no período maio/junho de 10,9%, mas acumulam uma redução de 19,7% no semestre, em comparação com os mesmo período de 2008.

O aumento da arrecadação oriunda de “Multas e Juros de Mora” no 3º bimestre em R\$5,40 milhões (+R\$21,80 milhões no semestre), deve-se em grande parte ao pagamento dos IPVAs atrasados por parte dos contribuintes.

A arrecadação da dívida ativa cresceu 7% no bimestre (o crescimento de 698% no semestre se deve ao encontro de contas da CEDAE). De modo mais geral, a constituição de crédito tributário vem sendo aprimorada, com maior velocidade no julgamento em instâncias administrativas dos

Tabela 10

DEMAIS RECEITAS CORRENTES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2008/ MAI-JUN 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2008	2009		2008	2009	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	386,22	340,46	-11,8%	1.194,45	1.292,15	8,2%
Receita de Contribuições	136,79	133,32	-2,5%	380,79	418,09	9,8%
Receita Agropecuária	0,00	0,01	432,2%	0,01	0,02	93,2%
Receita Industrial	0,18	2,57	1298,2%	0,65	2,93	354,0%
Receita de Serviços	124,01	53,33	-57,0%	450,19	152,65	-66,1%
Multas e Juros de Mora	48,41	53,82	11,2%	119,69	141,49	18,2%
Indenizações e Restituições	12,07	13,39	10,9%	43,83	35,21	-19,7%
Dívida Ativa	14,73	15,76	7,0%	42,27	337,68	698,9%
Receitas Diversas	50,03	68,27	36,4%	157,02	204,07	30,0%

O aumento da arrecadação oriunda de “Multas e Juros de Mora” no 3º bimestre em R\$5,40 milhões (+R\$21,80 milhões no ano), deve-se em grande parte ao pagamento dos IPVAs atrasados por parte dos contribuintes.

No primeiro semestre de 2009 foram julgados 1647 processos, sendo 708 favoráveis à Secretaria de Fazenda.

autos impugnados. Entre janeiro e junho foram, por exemplo, julgados 1647 processos, sendo 708 favoráveis à Secretaria de Fazenda. O bom desempenho da Junta de Revisão Fiscal – JRF e do Conselho de Contribuintes vem dando contribuição expressiva à Dívida Ativa. Além disso, mais recentemente, a 11ª Vara da Justiça Estadual, que concentra as ações tributárias, tem processado quase 1000 processos por semana, possibilitando o acesso da Procuradoria Geral do Estado (PGE) a um número expressivo de processos. A admissão do protesto de títulos da dívida ativa, confirmada pela Corregedoria de Justiça, também colocou novo e poderoso instrumento da PGE, que vem procurando desenvolver um sistema ágil de atuação junto aos cartórios para efetivar esses protestos com toda a segurança jurídica.

III.2 Receitas de Capital

As receitas de capital, que incluem o desembolso de empréstimos, apresentaram elevação no 3º bimestre de 2009 de 73,8%. No acumulado do ano esta rubrica apresenta variação positiva de 33,1% (Tabela 11).

Os três principais componentes das receitas de capital são as Operações de Crédito, Amortização de Empréstimos (FUNDES), e Transferências de Capital. Mesmo sofrendo queda (-61,9% frente ao 3º bimestre de 2008; -48% frente aos seis primeiros meses do ano passado) as Operações de Crédito responderam por 23,6% das receitas de capital.¹¹ A queda na receita de Amortização de Empréstimos foi apenas aparente, e será compensada no próximo bimestre. Por outro lado, as transferências de capital, associadas principalmente ao PAC, apresentaram

A possibilidade de protestar em cartório títulos da dívida ativa, confirmada pela Corregedoria de Justiça no primeiro semestre de 2009, abriu novas e importantes oportunidades para a Procuradoria Geral do Estado dinamizar a cobrança da dívida ativa

Tabela 11

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2008/ MAI-JUN 2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2008	2009		2008	2009	
RECEITAS DE CAPITAL	82,01	142,51	73,8%	171,49	228,27	33,1%
Operações de Crédito	51,93	19,81	-61,9%	103,64	53,94	-48,0%
Alienação de Bens	0,00	-0,01	0,0%	0,04	0,44	1081,5%
Amortiz. de Empréstimos	24,77	8,28	-66,6%	60,74	50,99	-16,0%
Transf. de Capital	3,13	114,37	3556,7%	4,35	122,84	2727,0%
Outras Rec. de Capital	2,19	0,06	-97,1%	2,74	0,06	-97,7%

Dentre as receitas de capital, as transferências de capital associadas ao PAC estiveram entre as mais destacadas.

¹¹ Dentre os desembolsos das Operações de Crédito no 3º bimestre, notabilizam-se os R\$7,97 milhões referentes às obras de expansão do metrô, financiadas pelo BNDES, e o R\$1,98 milhão do PMAE (Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial do Estado), também financiado pelo BNDES, além de R\$9,86 milhões do Programa Estadual de Transportes, financiado pelo BIRD



substancial aumento no 3º bimestre, quando alcançaram R\$ 114,4 milhões (Quadro 1)¹²

Quadro 1

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PARA O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

ÓRGÃO CONCEDENTE	INTERVENÇÃO	RECEITA REALIZADA ATÉ JUNHO
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	URBANIZAÇÃO	47.648.682
	URBANIZAÇÃO INTEGRADA DE FAVELAS - ROCINHA	9.549.615
	URBANIZAÇÃO INTEGRADA DE FAVELAS - COMPLEXO DE MANGUINHOS	25.852.731
	URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DO COMPLEXO DE CANTAGALO E DO PAVÃO-PAVÃOZINHO	14.349
	URBANIZAÇÃO INTEGRADA DE FAVELAS COMPLEXO DO ALEMÃO	7.026.953
	URBANIZACAO INTEGRADA DE FAVELAS-MORRO PREVENTORIO/NITEROI	2.587.131
	URBANIZACAO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E PROD. UNID. HABITACIONAIS - REMANEJAMENTO DE OCUPAÇÃO ÀS MARGENS DE RIOS NAS BACIAS DO IGUACU E DO SARAPUÍ NA BAIXADA FLUMINENSE	351.249
	PRODUÇÃO HABITACIONAL NOS MUNICÍPIOS DE ITATIAIA, JAPERI, BARRA DO PIRÁÍ, BELFORD ROXO, RESENDE, SÃO FIDÉLIS E TANGUA	2.266.654
	SANEAMENTO AMBIENTAL E URBANO	29.315.388
	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA TRATADA NO MUNICIPIO DE DUQUE DE CAXIAS	103.898
	MELHORIAS NO RESERVATÓRIO DO CABRAL NO MUNICÍPIO DE NILOPOLIS	95.573
	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA TRATADA NO MUNICIPIO DE NOVA IGUAÇU	475.456
	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO MUNICIPIO DE MAGE	128.374
	REFORMA E RECUPERAÇÃO DO RESERVATÓRIO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA NO MUNICIPIO DE QUEIMADOS	3.420
	DUPLIÇÃO DE ADUTORA E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRATAMENTO DE ÁGUA NO SISTEMA IMUNANA-LARANJAL EM MUNICÍPIOS DO COMPERJ.	232.954
	MELHORIA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICIPIO DE SAO GONÇALO.	370.577
	MELHORIAS OPERACIONAIS DE BOOSTER NA BAIXADA FLUMINENSE NO MUNICIPIO DE BELFORD ROXO.	3.123
	CONTROLE DE INUNDAÇÕES, URBANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS BACIAS DOS RIOS BOTAS E SARAPUÍ	27.902.013
	DNIT	TRANSPORTES
OBRAS DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO NA BR 493/RJ		38.518.889
TOTAL RECURSOS TRANSFERIDOS PELA UNIÃO - PAC		115.482.960

Posição: SIG 04/08 - SIAFEM 31/07

Fontes de Recurso: Convênios (FR12)

¹² Cabe ressaltar, que o valor que consta no quadro não é contabilizado todo como Transferência de Capital, cujo valor realizado foi de R\$ 108,4 milhões do total de R\$ 115,5 milhões das transferências do PAC.

BOX 1 – PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE

O comportamento da indústria fluminense continua diferenciado, com a indústria de transformação bem abaixo (-10%) dos níveis de 2008, enquanto a indústria extrativa se encontrava em maio de 2009 11,4% acima do nível um ano antes (Tabela e Gráfico abaixo). Ambas apresentaram crescimento em relação a abril de 2009—3,9% no caso da extrativa e 5 % no caso da de transformação.

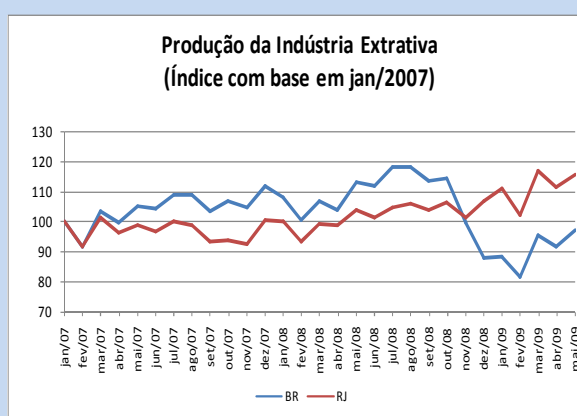
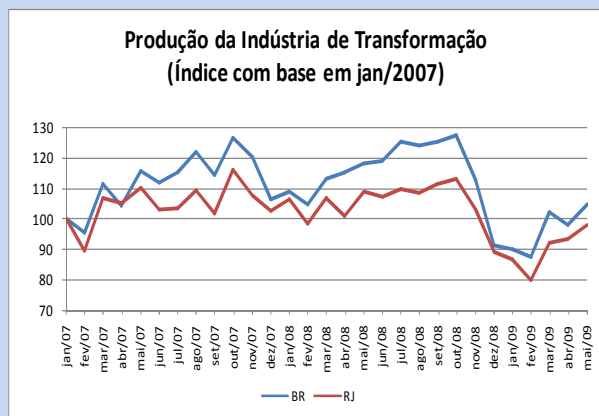
As vendas do comércio varejista ainda se apresentam em patamares bem acima daqueles verificados em 2008, tanto no ERJ (+8,5% em maio), quanto no Brasil (8,9%). Além disso, maio apresentou alguma recuperação em relação à queda medida em abril. A divergência entre a produção e o consumo (índice de vendas) foi acomodada pela variação de estoques, e promovida em parte pela facilidade de crédito e outros estímulos ao consumo providenciados nos meses recentes.

De fato, o salário médio real tem sofrido pouco no ciclo econômico, mantendo uma tendência de crescimento desde 2007, com alguma variação negativa em meses recentes (a variação de janeiro de 2009 é sazonal, por causa do 13º em dezembro). Parte da manutenção do poder de compra se explica pela relativa estabilidade do índice de preços ao consumidor, tanto no caso fluminense como no brasileiro e, ainda, a convergência para a meta de inflação no acumulado dos doze meses em junho de 2009.

A oferta de trabalho no ERJ (captada pela população economicamente ativa) ficou relativamente estável, da mesma forma como no resto do país. A PEA é formada por pessoas que estão empregadas ou estão procurando emprego.

O emprego também apresentou sinais de resistência, com o número de empregados com carteira em junho sendo 1,6% maior do que aquele um ano antes. O emprego sem carteira, porém diminuiu 1,4%. Ambas as tendências encontram paralelo a nível nacional (+2% formal, -3,4% informal). Assinale-se que o grau de formalização no ERJ, apesar de crescente, continua bem abaixo da média do Brasil, indicando a importância de se fechar este hiato.

A combinação do recente aumento no emprego e da estabilidade da oferta de trabalho se traduziu em surpreendente estabilidade dos níveis de desemprego no ERJ (6,3% em junho de 2009, contra 6,6% um ano antes) e no Brasil (8,1% em 2009, e 7,9% em 2008).



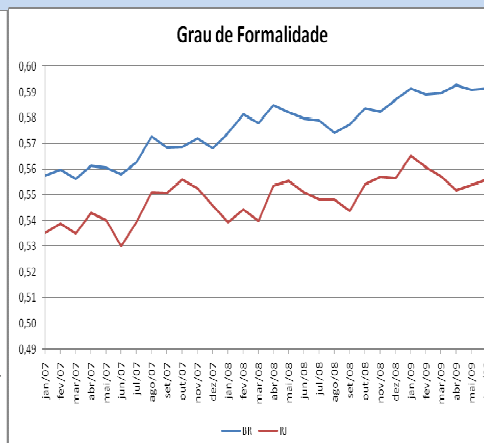
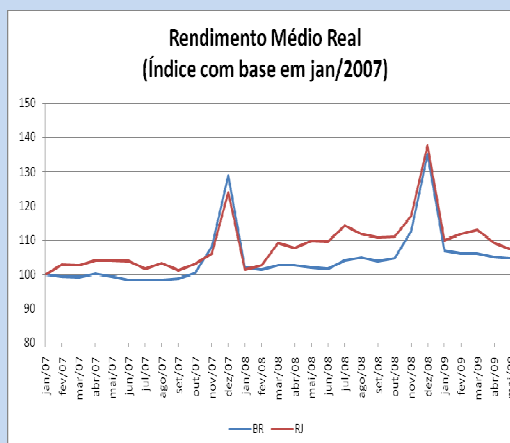
Fonte: Elaboração própria com dados da produção física da indústria geral (sem ajuste sazonal), PIM-IBGE.
Elaboração própria a partir da PIM-PF Brasil (BR) e PIM-PF Regional (RJ) - IBGE.



PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE													
PRODUÇÃO EVENDAS		Variação mensal (%)						Variação em 12 meses (%)					
		jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09	jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09
Produção na Indústria Extrativa (1)	BR	0,1%	-7,5%	17,3%	-4,1%	5,7%	-	-18,4%	-18,8%	-10,3%	-11,5%	-14,2%	-
	RJ	3,7%	-7,7%	14,3%	-4,8%	3,9%	-	10,8%	9,4%	17,9%	12,6%	11,4%	-
Produção na Indústria de Transformação (1)	BR	-1,5%	-2,8%	16,9%	-4,2%	7,2%	-	-17,4%	-16,7%	-9,7%	-15,0%	-11,1%	-
	RJ	-2,6%	-8,1%	15,6%	1,2%	5,0%	-	-18,5%	-18,9%	-13,9%	-7,5%	-10,0%	-
Vendas no Varejo (2)	BR	-25,8%	-8,5%	10,0%	1,3%	6,4%	-	11,9%	10,2%	7,3%	13,2%	8,9%	-
	RJ	-27,8%	-8,4%	8,4%	-2,6%	6,8%	-	14,4%	13,4%	9,1%	12,2%	8,5%	-
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal (%)						Variação em 12 meses (%)					
		jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09	jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,8%	0,2%	0,6%	0,5%	0,4%	0,1%	5,9%	6,1%	6,3%	6,1%	5,6%	4,9%
	RJ	1,0%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,2%	7,0%	7,0%	6,6%	6,0%	5,5%	5,0%
OCUPAÇÃO EREENDA		Variação mensal (%)						Variação em 12 meses (%)					
		jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09	jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09
População Economicamente Ativa (4)	BR	-0,1%	-0,7%	0,7%	-0,3%	0,3%	0,0%	2,1%	1,1%	1,4%	0,6%	1,2%	0,2%
	RJ	-0,1%	-1,2%	-0,1%	-0,1%	-0,3%	1,0%	1,6%	0,3%	-0,7%	-1,2%	-0,6%	-0,3%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5)	BR	-20,8%	-0,8%	0,0%	-0,9%	-0,4%	-	4,7%	4,5%	3,3%	2,5%	2,5%	-
	RJ	-20,0%	1,6%	1,1%	-3,5%	-1,5%	-	8,5%	9,0%	3,4%	1,3%	-2,2%	-
Empregado sem carteira (6)	BR	-3,9%	-0,4%	-0,6%	0,4%	1,7%	0,1%	-3,7%	-1,2%	-2,8%	-2,8%	-2,8%	-3,8%
	RJ	-3,2%	-2,0%	-2,4%	3,3%	0,0%	0,8%	-1,0%	-3,7%	-8,7%	-1,2%	-2,0%	-1,4%
Empregado com carteira (7)	BR	-1,2%	-0,8%	-0,3%	0,6%	0,5%	0,5%	4,3%	3,5%	2,9%	1,9%	2,3%	2,0%
	RJ	0,4%	-0,9%	-3,1%	0,5%	1,0%	2,4%	5,7%	5,4%	0,6%	-1,3%	-1,0%	1,6%
DESEMPREGO		jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08
Taxa de Desocupação (8)	BR	8,2	8,5	9,0	8,9	8,8	8,1	8,0	8,7	8,6	8,5	7,9	7,9
	RJ	6,6	6,4	6,9	6,8	6,6	6,3	6,4	7,0	6,7	7,1	6,4	6,6

Fonte: Elaboração própria da Sefaz/SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, PIM-PF Brasil (BR) e PIM-PF Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, PMC - IBGE. (3) Índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, PME-IBGE. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas. Os traços correspondem a valores não existentes no período proposto.



Fonte: Elaboração própria com dados da produção física e dos ocupados da indústria geral (sem ajuste sazonal), PIM/PIMES-IBGE.; Elaboração própria com dados da RAIS, CAGED (BR) e CIDE (RJ).



IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

Ao final do terceiro bimestre, a dotação anual, consideradas as alterações orçamentárias do período, alcançou R\$42.231 milhões. Em relação à dotação inicial, aprovada na Lei nº 5.369, de R\$41.942 milhões, o crescimento foi de 0,69% (R\$288,74 milhões), concentrado em despesas financiadas com recursos vinculados, convênios, e com despesas financiadas com recursos próprios da administração indireta, e incorporação de superávits financeiros apurados em balanços de 2008.

Com relação aos recursos do Tesouro, mantêm-se ainda, no âmbito de unidades orçamentárias do Poder Executivo, o contingenciamento do bimestre anterior (R\$1.111 milhões) quando foi feita a primeira revisão da receita, reavaliando os riscos para o cumprimento das metas fiscais.

A execução da despesa no primeiro semestre de 2009¹³ – descontadas as classificadas como intra-orçamentárias – alcançou um valor liquidado de R\$ 19,19 bilhões¹⁴, representando 46,6% do valor disponível, isto é após contingenciamento (Tabela 12). Esta execução é um pouco inferior à do período equivalente de 2008 (48,4%). O uso do espaço orçamentário do Executivo também vem se dando em ritmo sustentado, tendo sido empenhados, até o final de junho, R\$ 20,4 bilhões dos R\$ 32,1 bilhões liberados para o período janeiro-agosto. Do valor empenhado, 89% já foi liquidado, aí incluída a despesa de pessoal.

As despesas do Poder Executivo neste quadrimestre cresceram 10,4% quando comparadas a igual período de 2008 (Tabela 13), ainda refletindo o aumento de 8% concedido ao pessoal da educação e segurança em

¹³ A despesa é analisada pela ótica da liquidação nesta seção.

¹⁴ Estes valores já refletem a declaração de não-dependência da CEDAE, seguindo o que foi feito a partir do último bimestre de 2008, em relação à Imprensa Oficial, que também é não dependente.

Tabela 12
EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL
JAN-JUN 2008 / JAN-JUN 2009

R\$ milhões					
ANO	DOTAÇÃO	CONTING.	DISPONÍVEL	LIQUIDADO JAN-JUN	% LIQU. / DISPONÍVEL
2008	36.112	250	35.862	17.371	48,44%
2009	42.231	1.111	41.120	19.197	46,69%

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Mantendo a disciplina, de que compromissos não podem ser criados sem um lastro seguro na arrecadação, o Estado ainda mantém um contingenciamento de despesas financiadas com recursos do Tesouro no valor de R\$1,11 bilhão.

Tabela 13

DESPESA POR PODERES - ERJ
LIQUIDADO JAN-JUN 2008 / JAN-JUN 2009

R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2008	JAN-JUN 2009	Δ %
PODER EXECUTIVO*	15.885	17.545	10,45%
ALERJ	216	236	9,20%
TCE	153	160	4,75%
TJ**	882	978	10,81%
MP	235	279	18,54%
SUBTOTAL	17.371	19.197	10,51%
DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	726	728	0,37%
TOTAL GERAL	18.097	19.926	10,10%

* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Tabela 14

UTILIZAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA PODER EXECUTIVO
2º Quadrimestre 2009*

R\$ Mil					
Dotação Anual - Poder Executivo	Cota Orçamentária Liberada - 2º Quad (Jan-Ago)**	Cota Empenhada (Jan-Jun)	% Empenho / Cota	Cota Liquidada (Jan-Jun)	% Liquidado / Cota
38.531.267	32.092.965	20.396.273	63,6%	18.223.737	56,8%

* Inclui despesas intra-orçamentárias / Exclui CEDAE e IO

** Valores publicados na Res. SEPLAG/SEFAZ nº53 de



setembro de 2008. A média de crescimento dos Outros Poderes no semestre foi de 11,2% em relação ao mesmo período de 2008. Assinale-se que o crescimento da despesa da ALERJ explica-se pela contribuição voluntária para os municípios atingidos por intempéries em 2008, no valor de R\$20 milhões.

O incremento de 18,5% (+R\$43,59 milhões) na despesa do Ministério Público está concentrado em pessoal (72,3%), inclusive com pagamento de despesas de exercícios anteriores de pessoal que requereram R\$19,1 milhões no 1º semestre. No Tribunal de Justiça o incremento de R\$95,38 milhões, também está concentrado em pessoal (82,1%), dos quais R\$27,20 milhões se referem a despesas de exercícios anteriores. As despesas de exercícios anteriores, embora sejam classificadas como gastos de pessoal, não se qualificam para o cálculo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, por não pertencerem ao orçamento corrente.

O Ministério Público apresentou aumento de 18,5% nos seus gastos, sendo a maioria (72,3%) deste aumento devido a despesas de pessoal, inclusive despesas atribuídas a exercícios anteriores, que não entram no teto da LRF

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os recursos do Tesouro Estadual continuam financiando a maior parte da despesa: 72,2% do gasto total do bimestre, equivalentes a R\$13,85 bilhões, em um gasto total de R\$19,19 bilhões, ou seja, uma participação idêntica à de 2008.

Apesar da redução de algumas receitas, como transferências do FPE, operações de créditos, e participações governamentais na produção de petróleo, houve um aumento de 9,2% nas despesas financiadas com recursos do Tesouro. Esse aumento se deu mesmo em casos de redução da receita (e.g., CIDE), refletindo escolhas dos órgãos. Os recursos de convênios, por outro lado, aumentaram significativamente.

A menor arrecadação de royalties e participações especiais (-13,09%) traduziu-se em uma redução nas

Tabela 15

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO			
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2008 / JAN-JUN 2009			
R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	VAR %
	JAN-JUN	JAN-JUN	
RECURSOS DO TESOURO	12.687	13.851	9,2%
00 - ORDIN. PROVENIENTES DE IMPOSTOS	9.036	10.220	13,11%
01 - ORDIN. NÃO PROVEN. DE IMPOSTOS	745	955	28,11%
04 - INDEN. PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	1.904	1.655	-13,09%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	44	81	84,08%
06 - FUNDO DE PART. DOS ESTADOS	262	194	-26,07%
11 - OP. DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOURO	54	44	-18,47%
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECP	625	683	9,22%
26 - CONT. DE INTERV. NO DOMÍNIO ECON. - CI	16	19	18,16%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	4.684	5.346	14,1%
10 - ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	3.668	4.075	11,11%
12 - CONVÊNIO - ADM. DIRETA	55	130	137,22%
13 - CONVÊNIO - ADM. INDIRETA	39	86	122,85%
15 - FUNDEB	632	754	19,25%
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	235	226	-3,72%
90 - FUNDO DE DESPÓSITOS JUDICIAIS	8		
97 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - FECAM			
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA	4	2	-34,76%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA	45	73	63,76%
TOTAL GERAL	17.371	19.197	10,51%

* Exclui despesas intra-orçamentárias

** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



transferências aos municípios (- R\$41,90 milhões) e em Encargos com a União (- R\$236,58 milhões) financiados com estes recursos, os quais deverão continuar a ser honrados no segundo semestre (estes Encargos são pagos prioritariamente, até valor pré-definido, a partir de quando os recursos do petróleo passam a alcançar o Estado).

Com recursos de Outras Fontes, as despesas somaram R\$5,34 bilhões, no primeiro semestre de 2009, 14,1% maior do que em 2008. Repetindo os meses anteriores, o crescimento esteve concentrado nas despesas financiadas com os recursos provenientes de arrecadação própria de órgãos da administração indireta, basicamente o Rioprevidência, (94,9%). A possibilidade de o Rioprevidência poder continuar financiando um alto nível de despesa, apesar da redução da arrecadação proveniente de royalties do petróleo, deve-se ao colchão de reserva que o instituto constituiu quando o preço do petróleo estava mais alto. As despesas do Rioprevidência cresceram R\$386,75 milhões nos primeiros seis meses do ano, dos quais R\$231,45 milhões se referem ao pagamento de inativos e pensionistas do Poder Executivo e R\$45,78 milhões de Outros Poderes. Deve-se destacar dentro desse montante, o gasto com pensionistas que cresceu R\$80,59 milhões (14,4%) em decorrência da aceleração na atualização dos valores das pensões.

O expressivo aumento das despesas financiadas com recursos de convênios (FR 12 e FR13) reflete o ritmo de sua execução, bem superior ao de 2008, com aumento de R\$122,67 milhões (+131,2%), dos quais 50,5% se referem aos convênios do PAC.

IV. 2 Despesa por grupo

As despesas de pessoal em todos os Poderes somaram R\$8,27 bilhões no primeiro semestre de 2009, 10,09% a mais do que o mesmo período de 2008. As maiores variações, no âmbito do Executivo, estão nas áreas de Educação e Segurança e Saúde. Esta última, com expressivo aumento de R\$193,03 milhões, por conta da

A redução da receita de royalties, que constitui recursos próprios do Rioprevidência, não impactou a execução da despesa do órgão por conta do bom desempenho desta receita em 2008, que gerou um superávit financeiro de R\$1,35 bilhão.

O Rioprevidência vem atualizando os valores das pensões de seus segurados, o que resultou neste exercício um aumento de R\$80 milhões.



admissão de novos profissionais no segundo semestre, e da reclassificação das despesas com profissionais cooperativados, antes contabilizadas como despesa de custeio, conforme deliberação do TCE.

As despesas de custeio do Executivo no primeiro semestre de 2009 aumentaram 12,6% em relação ao mesmo período de 2008 (Tabela 16), em que pese o expressivo montante de recursos contingenciados em 2009, e a reclassificação das despesas com cooperativas.

As maiores variações estão na Educação (+R\$40,23 milhões) destinados à manutenção de escolas e à aquisição de livros e materiais didáticos; no DER (+R\$19,66 milhões) para manutenção e conservação de rodovias e na Segurança (+R\$22,21 milhões) para manutenção da frota de veículos.

No âmbito dos Poderes, o crescimento da despesa de custeio foi de 26,9% (+R\$63,42 milhões), cabendo ao TJ 50% deste aumento (+R\$32,9 milhões), basicamente destinado a vale-alimentação cuja variação em relação a 2008 foi de aproximadamente 100%.

As despesas com investimentos cresceram 62,7% (+R\$184,58 milhões), principalmente por conta das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (+R\$ 85,31 milhões), da nova frota de veículos da PMERJ (+ R\$9,52 milhões) e do projeto de climatização das escolas no âmbito da Educação (+R\$33,52 milhões).

As inversões financeiras custeadas com recursos do Tesouro somaram R\$23,34 milhões, aplicados na aquisição e desapropriação de diversos imóveis. A estes valores se somaram R\$4,10 milhões de recursos próprios em aquisição/desapropriação de imóveis para unidades da PGE e DPGE, além de R\$1,64 milhão em financiamento para implantação de novas empresas sob a responsabilidade do FREMF – Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses (Tabela 17).

Tabela 16

DESPESAS POR GRUPO*
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2008 / JAN-JUN 2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		VAR %
	2008 JAN-JUN	2009 JAN-JUN	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.518	8.277	10,09%
1.1 - EXECUTIVO	3.015	3.337	10,70%
1.2 - ALERJ	186	187	0,44%
1.3 - TCE	142	148	4,30%
1.4 - TJ	688	770	11,93%
1.5 - MP	186	218	16,90%
1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS	3.049	3.326	9,11%
1.7 - PREVI-BANERJ	246	283	15,12%
1.8 - REFER	6	6	3,36%
2 - JUROS ENCARGOS E AMORT. DÍVIDA	1.539	1.771	15,09%
3 - DESPESAS DE CUSTEIO**	7.993	8.644	8,14%
3.1.1 - EXECUTIVO	1.893	2.132	12,63%
3.1.2 - ALERJ	27	48	76,53%
3.1.3 - TCE	10	12	18,43%
3.1.4 - TJ	157	189	20,93%
3.1.5 - MP	41	49	19,04%
3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.865	6.213	5,94%
3.2.1 - ENC. COM A UNIÃO / INDEN. DE ROYALTIES (EGE)	1.704	1.468	-13,88%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	1.350	1.653	22,45%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	2.811	3.093	10,03%
4 - INVESTIMENTOS	294	479	62,72%
4.1 - EXECUTIVO	246	449	82,94%
4.2 - ALERJ	2		-94,13%
4.3 - TCE	1		-74,49%
4.4 - TJ	38	18	-51,47%
4.5 - MP	8	11	38,45%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	27	27	1,03%
TOTAL GERAL	17.371	19.197	10,51%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

** Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de despesas correntes

Tabela 17

Fonte de Recursos	R\$ Milhões
TESOURO	23,34
Museu da Imagem e do Som	13
Hospital Santa Mônica	5,57
Escola Engenho de Dentro	3,47
Unidade Mins. Público - São Gonçalo	1,3
PGE/DPGE	4,1
Fundo Rec. Ec. Mun. Fluminenses	1,64
TOTAL	29,08

IV. 3 Despesa por área de governo

Este número do boletim analisa alguns itens, além da demonstração das áreas sujeitas a despesas mínimas de acordo com índice constitucional. Assim, além da Educação, Saúde e Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, merecem especial atenção o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a área de Segurança Pública.

Apresenta-se ainda um resumo da variação do gasto total por área entre 2006 e 2009, deflacionada pelo IPCA.

IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional

O índice constitucional da despesa mínima em Saúde¹⁵ foi aumentado a partir de 2009 em função do novo entendimento do Tribunal de Contas do Estado sobre a incorporação no denominador deste índice das transferências feitas pelo Estado ao FUNDEB (BOX 2).

Os índices obtidos com a metodologia adotada até 2008, bem como aqueles pela nova metodologia estão na refletidos na Tabela 18. Em vista da recomendação do TCE, estes últimos valores constituem a base da análise apresentada nesta edição do Boletim.

Independente do Índice, o Tesouro Estadual aplicou em saúde R\$939,93 milhões no primeiro semestre de 2009, incremento de 16,6% (+R\$133,55 milhões) em relação aos gastos realizados no mesmo período do exercício anterior. Pela nova metodologia, o índice de aplicação apurado até junho de 2009 (Tabela 18) foi de 9,5% da receita total, ou

Nova metodologia de cálculo do Índice Constitucional implica no aumento do mínimo a ser aplicado em saúde em 20%.

Tabela 18

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE					
	Em R\$ milhões					
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
Base de Cálculo Tradicional	2.447	2.447	0,0%	7.632	8.235	7,9%
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	294	294	0,0%	916	988	7,9%
Nova Base de Cálculo	2.886	2.937	1,8%	8.980	9.890	10,1%
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	346	352	1,8%	1.078	1.187	10,1%
Total da Despesa	320	405	26,5%	806	940	16,6%
Índice Tradicional (Aplicação)	13,1%	16,5%	26,5%	10,6%	11,4%	8,0%
Novo Índice (Aplicação)	11,1%	13,8%	24,3%	9,0%	9,5%	5,8%

Fonte: SIGSIAFEM

¹⁵ As unidades orçamentárias que compõem o índice constitucional da área de saúde são:

2901 - Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil

2961 - Fundo Estadual de Saúde

2971 - Instituto Vital Brasil

4043 UERJ – Ação 3409 – Recuperação e Desenvolvimento do Hospital Universitário Pedro Ernesto

seja, abaixo de 12% sobre a receita do período. Esse aparente descompasso é natural, refletindo o tempo entre empenho e liquidação das despesas. De fato, considerando-se os compromissos assumidos (empenho), o valor total chega a R\$1,31 bilhão, o que denota uma aplicação de 13,3%. (Tabela 19)

A análise da despesa por grupo aponta que o gasto com pessoal e encargos sociais com responsabilidades na Saúde, no primeiro semestre de 2009, alcançou R\$519,15 milhões, crescimento de 56,3% (+R\$187,07 milhões) em relação a 2008. A reclassificação da despesa com cooperativas na área de saúde, que até o exercício de 2008 eram contabilizadas no grupo de custeio, é responsável por 75,2% (R\$140,70 milhões) da variação total no grupo de pessoal.

As despesas com cooperativas de saúde cresceram, elas próprias, 79,3% (+R\$62,24 milhões), explicado pela expansão da demanda por pessoal especializado, em virtude da ampliação da Rede Estadual com a inauguração de mais 13 UPA's a partir do 2º semestre de 2008.

Mesmo excluindo a despesa com cooperativas, o incremento em pessoal foi de 14,3% (+R\$46,36 milhões), concentrados no CBMERJ, por conta da admissão de novos profissionais concursados e respectivas gratificações.

A execução das despesas de custeio, ajustada para a reclassificação das cooperativas, apresenta incremento de 13,4% (+R\$40,36 milhões) em 2009. Este crescimento está pulverizado em ações como: manutenção predial nas unidades pertencentes à Rede (+R\$11,12 milhões); e aquisição de material cirúrgico, de laboratório, enfermagem e material químico (+R\$8,94 milhões). Assinale-se que a despesa de custeio já liquidada (R\$344 milhões) representa apenas 54% dos compromissos assumidos até o final do primeiro semestre (Tabela 20).

Tabela 19

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO			
	2008	2009		
Total Receita Ajustada - Base de Cálculo	8.980	9.890		
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%) - Índice Constitucional	1.078	1.187		
EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)				
DISCRIMINAÇÃO	EMP	LIQ	EMP	LIQ
Total da Despesa	1.116	806	1.319	940
Índice Constitucional Aplicado	12,4%	9,0%	13,3%	9,5%

Tabela 20

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNÇÃO SAÚDE POR GRUPO DE DESPESA

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
PESSOAL	126	190	50,2%	332	519	56,3%
CUSTEIO	170	197	16,2%	384	344	-10,4%
INVESTIMENTO	24	12	-49,3%	46	13	-71,9%
INVERSÕES FINAN.		6			6	
AMORT. DA DÍVIDA				45	58	30,8%
TOTAL DA DESPESA	320	405	26,5%	806	940	16,6%

Fonte: SIG/SIAFEM
Posição: 16/07/2009

As despesas de custeio liquidadas na Saúde, no âmbito do mínimo constitucional e ajustadas para reclassificação das cooperativas, aumentaram 13,4% em relação ao 1º semestre de 2008



Foram aplicados R\$12,91 milhões em investimentos, sendo R\$5,69 milhões destinados a implantação de 20 módulos para composição de novas UPAs e R\$6,26 milhões destinados a melhorias em outras unidades de saúde (Tabela 22). A redução de 71,9% (-R\$33,06 milhões) no valor global desse item, em relação a 2008, se explica pela conclusão das obras nos hospitais de Caxias e São João de Meriti, que no primeiro semestre de 2008 recebeu do ERJ R\$30 milhões em forma de auxílio.

A desapropriação do antigo Hospital Santa Mônica em Niterói para a expansão da Rede Hospitalar do ERJ é responsável para despesa no valor de R\$5,57 milhões em inversões financeiras.

O aumento de R\$ 13,8 milhões (30,8%) na amortização da dívida dos contratos de saneamento é devido à variação da taxa de câmbio, cuja tendência é de desacelerar nos próximos meses.

A despesa de pessoal com recursos que contam para o mínimo constitucional cresceu 14,3%, depois de ajustada para a mudança na contabilização do custo das cooperativas.

As despesas com cooperativas de saúde cresceram 79,3% (+R\$62,24 milhões), em virtude da ampliação da abertura de 13 UPA's a partir do 2º semestre de 2008.

Tabela 21

INVESTIMENTOS REALIZADOS - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2009 - FONTES 00 01 e 22

Em R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	HISTÓRICO	JAN-JUN 2009		
		EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
2961 - FES	INSTALAÇÃO DE 20 MÓDULOS ACOPLÁVEIS NAS UNIDS. DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS	14.987.500	5.695.000	-
	OBRAS DE CONCLUSÃO DA REFORMA GERAL NO HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	255.117	249.117	249.117
	DESPESAS PARA COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS NO I.E. DE DOENÇAS DO TORAX ARY PARREIRAS -NO MUNICÍPIO DE NITEROI	362.279	361.863	361.863
	OBRAS DE CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO H.G. DE SÃO JOAO DE MERITI (HOSPITAL GERAL DA MULHER)	6.522.178	3.856.885	212.129
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA FARMÁCIA CENTRAL DE DISPENSAÇÃO NA CIDADE NOVA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	1.371.119	218.039	130.128
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM NO CENTRO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	1.562.648	835.726	144.790
	REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE INTENSIVA NO HE ALBERTO TORRES -NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO	2.680.520	776.290	481.500
	SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE CADASTRO, PROJETOS BÁSICO E ORÇAMENTOS PARA DIVERSAS UNIDADES HOSPITALARES	107.173	22.657	22.657
	OBRAS DE ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE IMAGENS DO HEAL PARA SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DO NOVO APARELHO DE TOMOGRAFIA	123.618	-	-
	SUBTOTAL OBRAS E INSTALAÇÕES		27.972.152	12.015.578
AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HOSPITALARES	6.660.013	647.253	467.294
	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO	40.108		
	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS	14.619.600	254.000	254.000
SUBTOTAL AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		21.319.721	901.253	721.294
TOTAL FES		49.291.873	12.916.831	2.323.478
2971 - IVB	MATERIAIS DIVERSOS PARA O IVB	5.936	1.010	1.010
TOTAL GERAL		49.297.809	12.917.841	2.324.488

Fonte: SIG/SIAFEM
Posição: 16/07/2009



Box 2 - Mudança de Metodologia para Cálculo do Limite da Saúde

Vem avançando uma mudança na metodologia do cálculo do Limite da Saúde, que tem a ver com a interpretação da Emenda Constitucional nº 29/2000, que estabelece a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde em 12% da arrecadação de impostos e transferências de que tratam os artigos 155, 157 e 159 da CF/88.

Até 2008, o índice era calculado subtraindo-se todas as transferências ao FUNDEB do valor do denominador. Ao final de 2008 o Tribunal acordara que a partir do exercício de 2009 o total das transferências ao FUNDEB deixasse de ser subtraído, de forma gradativa, 25% a cada ano, até 2012, metodologia adotada na edição do Boletim do 2º bimestre e no “Demonstrativo da Receitas e Despesas com Saúde” que integra a Lei Orçamentária Anual.

Mais recentemente, no entanto, o TCE recomendou que a apuração do índice se incluísse de imediato todas as transferências ao FUNDEB, não considerando parte alguma como constituindo transferências aos municípios, não obstante o FUNDEB ter como objetivo primordial financiar a despesa com ensino básico, responsabilidade constitucional dos municípios.

Desta forma, tanto a base de cálculo quanto o valor mínimo a ser aplicado em ações e serviços de saúde aumentam consideravelmente, dado que o FUNDEB recebe 20% dos impostos estaduais.

IV. 3.2 Secretaria de Saúde e Defesa Civil – Aplicação

Total

Os gastos executados a cargo da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil, incluídas todas as fontes de financiamento e unidades executoras¹⁶, excedem o valor do índice constitucional, que captura apenas algumas fontes. Estão incluídas aí, despesas com recursos do SUS que não contam para o índice, mas somaram mais de R\$500 milhões no primeiro semestre de 2009.

¹⁶ O orçamento da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil engloba as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

2901 - Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil

2902 - Subsecretaria de Defesa Civil

2931 - Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro – IASERJ

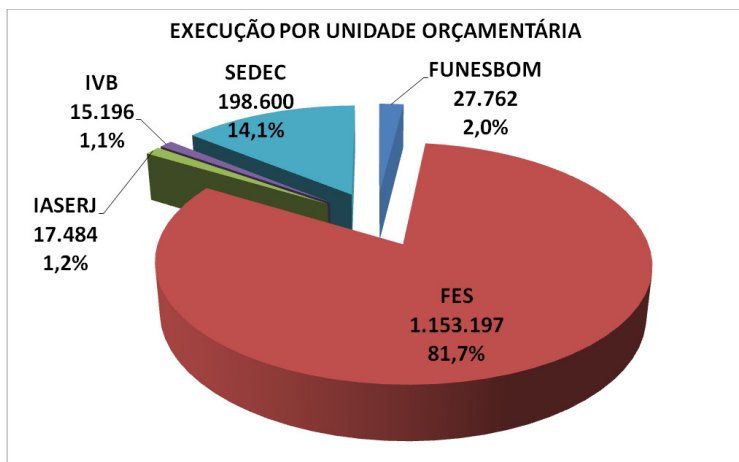
2961 - Fundo Estadual de Saúde

2963 - Fundo Especial do Corpo de Bombeiros

2971 - Instituto Vital Brasil

A maior parcela destina-se ao Fundo Estadual de Saúde, no qual estão concentradas as principais ações da SESDEC.

A maior parte da despesa foi realizada pelo Fundo Estadual de Saúde, 81,7% da execução (R\$1,15 bi) seguida pela Subsecretaria de Defesa Civil – SEDEC, 14,1% (R\$198,6 milhões). O Gráfico 4 demonstra a execução por Unidade Orçamentária:

Gráfico 4

Essas despesas, que no semestre requereram R\$1,41 bilhão, foram financiadas em sua maior parte pelos recursos do Tesouro, 81,9% e pelo SUS, 15,1%. Os recursos de convênios e os diretamente arrecadados pelo FUNESBOM, por meio da cobrança da Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio, financiaram 3% da despesa no semestre (Tabela 22).

Comparado com o mesmo período de 2008, o crescimento das despesas financiadas com recursos do Tesouro foi de 15,0% (+R\$150,47 milhões).

Nas despesas financiadas com recursos de convênios, o significativo incremento não se explica pelo aumento de ações de saúde em municípios ou outros entes. Do valor de R\$11,19 milhões em 2009, R\$9,10 milhões foram destinados ao Governo Federal, a título de devolução de recursos provenientes de convênios firmados em gestões anteriores, não utilizados nos prazos ou forma pactuados, ainda pendentes de prestação de contas. Os R\$2,09 milhões restantes se referem ao convênio do Instituto Vital

As despesas da Saúde, incluindo aquelas que não contam para o mínimo constitucional somam R\$ 1,4 bilhão, contra os R\$ 940 milhões que contam para o mínimo constitucional

Tabela 22**SECRETARIA DE SAÚDE DO ERJ
EXECUÇÃO POR FONTE DE RECURSOS**

Em R\$ mil

DISCR.	JAN-JUN 2008	JAN-JUN 2009	Δ%
TESOURO	1.005.538	1.156.012	15,0%
SUS	225.026	213.765	-5,0%
CONVÊNIOS	1.096	11.199	921,8%
OUTRAS	28.474	31.262	9,8%
TOTAL	1.260.135	1.412.239	12,1%

Fonte: SIG/SIAFEM
Posição: 16/07/2009

Brasil – IVB com o Ministério da Saúde – MS para a produção de soros.

As despesas custeadas com recursos provenientes do SUS apresentaram queda de 5% neste primeiro semestre (-R\$11,26 milhões), não obstante o aumento dos recursos obtidos pelo sistema.

A arrecadação própria do FUNESBOM responde por 84,9% (R\$26,54 milhões) do gasto em outras fontes, destinados principalmente ao pagamento de despesas com alimentação da corporação (R\$10 milhões) e com aquisição de veículos (R\$4 milhões). A arrecadação do FUNESBOM foi expressiva, tendo sido arrecadados até o final de junho 74,9% (R\$86,99 milhões) do estimado para o exercício. Ao valor arrecadado soma-se a disponibilidade financeira líquida em dezembro de 2008 (R\$68 milhões), resultando em um saldo de R\$154 milhões.

A análise por grupo de despesa demonstra que pessoal apresenta aumento de 40,0% (+R\$212,12 milhões), aqui incluídos o pagamento da folha do Corpo de Bombeiros¹⁷. Contribuiu para esse crescimento a admissão de novos concursados militares para área da Saúde (UPAs e SAMU) e para Prevenção e Extinção de Incêndio, além das gratificações ligadas a essas novas contratações. A redução nos grupos de custeio e investimento, bem como o crescimento em amortização são explicados pelos mesmos motivos apresentados no item 3.1.

Tabela 23

SECRETARIA DE SAÚDE E DEFESA CIVIL DO ERJ EXECUÇÃO POR GRUPO DE DESPESA			
Em R\$ mil			
DISCR.	JAN-JUN 2008	JAN-JUN 2009	Δ%
PESSOAL	529.899	742.023	40,0%
CUSTEIO	635.490	578.049	-9,0%
INVESTIM./INVERSÕES	49.676	33.189	-33,2%
AMORTIZAÇÃO E JUROS	45.070	58.978	30,9%
TOTAL	1.260.135	1.412.239	12,1%

¹⁷ O CBMERJ não é considerado no cálculo do Índice Constitucional.

**BOX 3 – USO DOS RECURSOS DO SUS**

No 1º semestre de 2009, a receita proveniente do Sistema Único de Saúde – SUS somou R\$509,7 milhões, representando um incremento de R\$ 191,2 milhões (+60,0%) em relação a período equivalente de 2008. Do total realizado em 2009, R\$461,61 (90,5%) são decorrentes de transferências oriundas diretamente do Fundo Nacional de Saúde. As demais receitas, com exceção das de remuneração, são repassadas pelo Ministério da Saúde – MS através de convênios e/ou acordo específicos.

O crescimento expressivo nos recursos provenientes do SUS se deve, principalmente, ao reajuste na tabela de procedimentos (Média e Alta Complexidade), e inclusão de novos programas (Vigilância em Saúde e Gestão do SUS).

O Bloco de Média e Alta Complexidade – Ambulatorial e Hospitalar apresentou um crescimento de 61,9% (+R\$138,26 milhões), concentrados nos recursos destinados ao financiamento de Nefrologia, SAMU e ao Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar. Em Vigilância em Saúde (+R\$25,0 milhões) e Gestão do SUS (+R\$1,55 milhão), destaca-se a inclusão de novas ações destinadas, respectivamente, ao Combate a Dengue (controle do vetor e capacitação dos agentes) e à capacitação permanente em saúde e do pessoal técnico.

Apesar da maior disponibilidade de recursos, verifica-se que a execução da despesa no primeiro semestre de 2009 apresenta uma redução de 3,7% (-R\$8,73 milhões) em relação ao mesmo período de 2008, apesar do aumento da despesa do FUNESBOM e da UERJ, e do uso dos recursos do FES no âmbito do Estado.

A redução se explica em consequência do atraso nas prestações de contas dos municípios, o que teria atrasado os repasses de recurso. Além disso, o orçamento inicialmente aprovado para a Secretaria de Administração Penitenciária – SEAP não previa financiamento de despesas por conta do SUS. Somente em abril foi aberto crédito suplementar para esta destinação, quando, então, se iniciou a realização da despesa. Por esse motivo, o gasto é inferior a igual período de 2008.

RECEITA REALIZADA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

Em Mil R\$

DESCRIMINAÇÃO	2008	2009	Δ%
	JAN-JUN	JAN-JUN	
REMUNERAÇÃO DEPÓSITOS BANCÁRIOS	5.104	11.992	135,0%
RECEITAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	9.687	34.115	252,2%
TRANSF. SUS - REPASSE FUNDO A FUNDO	301.870	461.610	52,9%
RECEITAS DIVERSAS	1.895	2.010	6,1%
TOTAL	318.555	509.727	60,01%

TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO POR BLOCO DE FINANCIAMENTO (JAN-JUN)

Em R\$ MIL

BLOCOS DE FINANCIAMENTO	2008	2009	Δ%
ATENÇÃO BÁSICA	957	1.663	73,8%
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - AMBULATORIAL E HOSPITALAR	223.512	361.775	61,9%
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	7.840	32.843	318,9%
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	68.064	62.280	-8,5%
GESTÃO DO SUS	1.497	3.049	103,7%
TOTAL	301.870	461.610	52,9%

EXECUÇÃO SUS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Em Mil R\$

DISCRIM	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		Δ%
	2008	2009	
2501 - SEAP	946	652	-31,1%
2961 - FES	224.547	212.549	-5,3%
MUNICÍPIOS	173.097	149.362	-13,7%
ESTADO	51.450	63.187	22,8%
2963 - FUNEBOM	479	1.216	153,8%
4043 - UERJ	8.740	11.564	32,3%
Total geral	234.712	225.981	-3,7%

IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional¹⁸

Mesmo sob os efeitos da crise econômica, a base de cálculo do índice de aplicação de recursos em educação cresceu 10,1% no primeiro semestre de 2009 em relação a período equivalente em 2008, definindo uma aplicação mínima de R\$2,47 bilhão, contra R\$2,24 bilhão em 2008.

Os recursos efetivamente aplicados neste primeiro semestre somaram R\$2,24 bilhões, atingindo 22,7% o que demonstra um razoável desempenho da execução orçamentária. Como é normal, a cadência do gasto não é a mesma das receitas — as quais se concentram no começo do ano, o que resultou em o valor aplicado até o primeiro semestre estar 9% abaixo da vinculação da receita corrente. Os recursos vinculados e não gastos até agora obviamente serão destinados às despesas de educação no restante do exercício.

A maior parte da despesa considerada na aplicação dos recursos admitidos no cálculo do índice constitucional refere-se à própria Secretaria de Educação, representando 48,7% do total (Tabela 26). Deste total, expressiva parte é financiada com o “retorno do FUNDEB”, ou seja, recursos do Estado aplicados no FUNDEB e devolvidos para despesas do próprio Estado (Tabela 25). O cálculo do índice também considera os valores entregues ao FUNDEB para financiar gastos de educação nos municípios (“perda líquida”), que alcançou no primeiro semestre o expressivo valor de (R\$679,45 milhões).

Contribuiu para o incremento de 22,4% na contribuição do Estado ao FUNDEB, a alteração dos percentuais de

Tabela 24

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAIO - JUNHO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN- JUNHO)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
	BASE DE CÁLCULO (receita)	2.886	2.938	1,8%	8.980	9.890
Mínimo a se aplicado em Educação 25%	722	734	1,8%	2.245	2.473	10,1%
Despesa Aplicada no Período	706	758	7,4%	2.085	2.249	7,9%
ÍNDICE - CONSTITUCIONAL - RECURSOS APLICADOS	24,5%	25,8%	5,5%	23,2%	22,7%	-2,0%

Em R\$ milhões
Fonte: SIG/SIAFEM
Extração 16/07/2009

Tabela 25

DISCRIMINAÇÃO	FUNDEB - Contribuição do Estado e Transferência Efetiva aos Municípios			
	ACUMULADO 2008	JAN-JUN 2008	JAN-JUN 2009	Δ%
Contribuição do Estado	2.775,18	1.349,71	1.652,66	22,4%
Retorno ao Estado	1.489,89	718,92	973,21	35,4%
Tranf. Efetiva aos Municípios	1.285,30	630,79	679,45	7,7%

Em R\$ milhões

¹⁸ O orçamento da Função Educação engloba as dotações das seguintes unidades orçamentárias:

1801 - Secretaria de Estado de Educação - SEEDUC

3702 - Encargos Gerais do Estado - EGE/SEFAZ

4041 - Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa - FAPERJ

4043 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

4044 - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

4045 - Fundação Universidade do Estado do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

4046 - Fundação Centro de Ciências de Educação Superior à Distância - CECIERJ

Excepcionalmente, em 2008 a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT (UO 4001) executou as obras de reforma no Campus da UERJ.

repasso estabelecidos na Lei 11.494/2007 que neste terceiro ano após a implementação do Fundo, atinge o limite máximo estabelecido de 20% para cada uma das rubricas de receita que compõem a base de cálculo do índice.

Além das despesas realizadas pela Secretaria de Educação, destacam-se também aquelas na UERJ (9%) e FAETEC (6,8%), cujos gastos cresceram 11,1% e 7,7% respectivamente. Na primeira, o incremento está relacionado ao pagamento de estudantes residentes (+R\$ 6,55 milhões) e ao programa de incentivo à permanência dos cotistas (+R\$ 5,49 milhões). Na FAETEC, o crescimento se deve às variações nas despesas de pessoal.

Com relação à FAPERJ, embora com participação menor, desde 2007, a vinculação legal para a Ciência e Tecnologia vem sendo cumprida com rigor. O valor aplicado pela FAPERJ na Função Educação representa 75% do seu gasto total.

A FAPERJ aplica 75% de seus recursos em ações representativas da Função Educação

Tabela 26

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAIO - JUNHO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUNHO)			PARTIC. UO/DESP TOTAL 2009
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %	
	SEEDUC	335.540	400.010	19,21%	1.003.586	1.096.139	
EGE/SEFAZ	207.466	196.328	-5,37%	630.789	679.448	7,7%	30,2%
SECT	1.391		-100,00%	3.977		-100,0%	0,0%
FAPERJ	46.185	28.188	-38,97%	77.942	73.236	-6,0%	3,3%
UERJ	53.800	68.310	26,97%	182.277	202.541	11,1%	9,0%
FAETEC	47.457	48.440	2,07%	141.374	152.322	7,7%	6,8%
UENF	11.455	14.405	25,76%	37.119	39.192	5,6%	1,7%
CECIEJ	2.700	2.433	-9,86%	7.680	6.386	-16,9%	0,3%
TOTAL DA DESPESA	705.994	758.115	7,38%	2.084.744	2.249.264	7,9%	100,0%

Fonte SIG/SIAFEM
Extração 16/07/2009

Sob a ótica do gasto por grupo de despesa, o dispêndio em pessoal (ativo) na Educação alcançou R\$1,22 bilhão no 1º semestre de 2009, representando crescimento de 7,6% (R\$86,72 milhões) em relação ao mesmo período em 2008 (Tabela 27). A maior parte desta despesa (73,4%) concentra-se na própria SEEDUC (Gráfico 5), seguida da UERJ (12,6%) e da FAETEC (10,9%).

Tabela 27

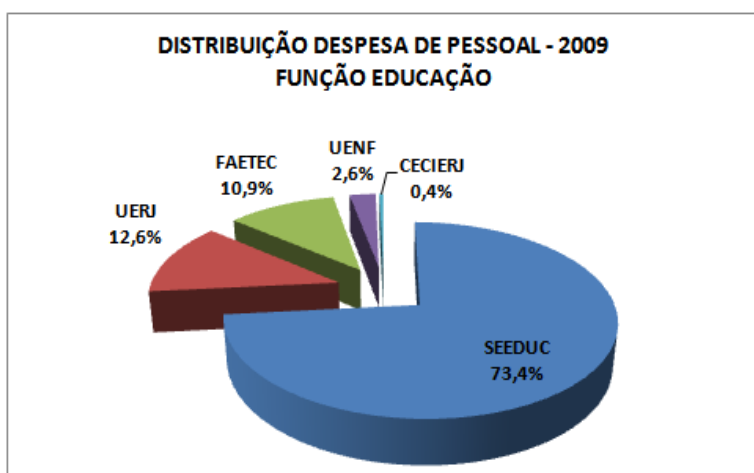
DESPESAS DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO						
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (MAIO - JUNHO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUNHO)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
	PESSOAL	342	407	19,0%	1.136	1.222
CUSTEIO	353	333	-5,6%	926	1.002	8,2%
INVESTIMENTO	11	18	63,1%	23	21	-5,7%
INVERSÕES			0,0%		3	0,0%
TOTAL DA DESPESA	706	758	7,4%	2.085	2.249	7,9%

Contribuíram para esse incremento o aumento concedido aos profissionais da educação já citado anteriormente e a reclassificação da despesa relativa a serviços contratados de mão-de-obra terceirizada, por recomendação do TCE.

Isoladamente por unidade orçamentária, o maior percentual de aumento de pessoal está na CECIERJ (+80,6%) por conta do aumento do quantitativo de professores em virtude da implantação de mais 14 pólos de ensino de graduação à distância, além da oferta de vagas no âmbito do Pré-Vestibular Social (12.700), que funciona dentro de escolas estaduais e municipais, distribuídas em 34 municípios fluminenses.

A participação do gasto de pessoal de cada uma das Unidades Orçamentárias no quadrimestre está demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 5



As despesas de custeio cresceram 8,2% (+R\$75,62 milhões). Quando desconsideradas as transferências para o FUNDEB, cujo crescimento foi de 7,7%, a variação da despesa no âmbito das unidades executoras é de 9,1% (Tabela 29).

O crescimento de custeio na UERJ excedeu 40%, enquanto que a queda aparente na FAETEC e CECIERJ representa apenas a reclassificação de despesas com terceirizados, as quais passaram para a rubrica de pessoal por recomendação do TCE. Na UERJ, como já citado anteriormente, a extensão do benefício de cotistas para

No âmbito do Ensino à Distância, foram implantados mais 14 pólos para ensino de graduação e para Pré-Vestibular Social foram disponibilizadas 12.700 vagas em 34 municípios fluminenses.

O custeio da UERJ cresceu 40% no semestre



todo o período da graduação representou aumento desta despesa em R\$5,49 milhões.

A aparente queda no investimento se explica pela não finalização das obras de recuperação do Campus da UERJ, e pelo fato da maior parte dos investimentos na rede escolar estarem ainda em andamento. Especificamente, há um expressivo valor empenhado para a revisão e reforço da rede elétrica e aumento de carga para a instalação de aparelhos de ar condicionado em todas as escolas da rede estadual (R\$64,29 milhões). Destas obras, ainda em andamento, somente foram liquidadas 14,6%, mas, com o seu término o impacto será visível em 2009.

A aplicação em inversões financeiras é explicada pela execução do programa de aquisição de imóveis para a expansão da Rede Escolar; conforme já citado no item IV.2 deste Boletim.

IV. 3.3 Secretaria Estado de Educação

A Secretaria de Educação é analisada em separado, por ser a principal unidade executora da Função Educação, além de ser a gestora de recursos provenientes do Salário-Educação e de convênios com o Governo Federal - FNDE.

Nesse 1º semestre, a despesa é superior em 12,7% (+R\$135,05 milhões) quando comparada a igual período de 2008. Esse percentual cresceu quase que integralmente nos dois últimos meses.

Os recursos do Tesouro participaram com 91,6% do gasto total. Considerável aumento foi observado nas despesas custeadas pelo Salário-Educação, 84,1%, aí incluídas aquelas referentes ao apoio à Nutrição Escolar (R\$32,24 milhões). Os 43,0% a mais aplicados com recursos provenientes de convênios são compatíveis com os repasses financeiros efetuados pelo FNDE nesse período,

Tabela 28
FUNÇÃO EDUCAÇÃO
DESPESA DE CUSTEIO POR UO

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUNHO)		
	2008	2009	Δ %
SEEDUC	148.103	177.358	19,8%
FAPERJ	77.942	73.236	-6,0%
UERJ	34.164	48.160	41,0%
FAETEC	24.468	15.483	-36,7%
UENF	5.678	6.455	13,7%
CECERJ	5.088	1.714	-66,3%
SUBTOTAL	295.442	322.405	9,1%
Transf.FUNDEB - Perda líquida	630.789	679.448	7,7%
Total geral	926.231	1.001.853	8,2%

Fonte SIG/SIAFEM
Extração 16/07/2009

Parte do aumento do custeio da UERJ (R\$5,49 milhões) é decorrente da expansão dos benefícios para alunos cotistas durante todo o período de graduação.

Tabela 29
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSO

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAIO-JUNHO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUNHO)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
	TESOURO/FUNDEB	335.540	400.010	19,2%	1.003.586	1.096.139
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	13.218	45.870	247,0%	44.016	81.024	84,1%
CONVÊNIO	5.763	8.307	44,1%	12.791	18.286	43,0%
TOTAL	354.521	454.187	28,1%	1.060.392	1.195.448	12,7%

Os recursos do Tesouro participaram com 91,6% do gasto total da Secretaria de Educação



R\$22,89 milhões, para financiamento de ações de Nutrição Escolar e de outros programas educacionais.

O aumento do gasto de pessoal decorrente da contratação de 4.641 concursados vem sendo refletido a partir de maio, com variação média mensal no período de R\$5 milhões.

No custeio o crescimento de 20% (+R\$40,25 milhões) está concentrado basicamente em serviços de suporte à informática por conta do Programa Conexão Educação, que vai integrar todos os sistemas de informação no âmbito da SEEDUC, inclusive cadastro de alunos, controle de frequência e merenda e transporte escolar.

Os investimentos (Tabela 29.1) apresentam acréscimo de 178,5% (+R\$33,51 milhões) em relação ao mesmo período de 2008, concentrados na adequação das escolas para a climatização das salas de aula. A Tabela abaixo apresenta os principais investimentos da Educação.

Tabela 29.1

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAIO - JUNHO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUNHO)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
PESSOAL	255.922	304.820	19,1%	840.016	897.823	6,9%
CUSTEIO	88.648	108.383	22,3%	201.600	241.854	20,0%
INVESTIMENTO	9.950	40.985	311,9%	18.776	52.295	178,5%
INVERSÕES					3.476	
TOTAL	354.521	454.187	28,1%	1.060.392	1.195.448	12,7%

A climatização das salas de aulas já tem R\$ 109 milhões empenhados e R\$ 35 milhões de despesas pagas

Tabela 30

PRINCIPAIS DESPESAS DE CAPITAL REALIZADOS PELA SEEDUC
JAN-JUNHO 2009

Em R\$

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
SERVIÇOS OBRA- ADEQUAÇÃO DE SALAS DE AULA DE ESCOLAS CONVENCIONAIS CLIMATIZAÇÃO	109.392.335	39.312.357	35.559.255
REFORMA E ACRÉSCIMO EM UNIDADES DO DEGASE (CRIAM-CAMPOS, NILÓPOLIS E MACAÉ), EM ESCOLAS ESTADUAIS DE DIFERENTES MUNICÍPIOS E ACRÉSCIMOS PEQUENAS OBRAS NO PROGRAMA PRESERVANDO A ESCOLA EM NITERÓI, SÃO GONÇALO, CACHOEIRA DE MACACU, ITABORAÍ TANGUÁ E MARICÁ	25.723.129	9.114.209	4.333.557
AQUISIÇÃO DE IMÓVEL MED. DESAPROPRIAÇÃO - ENGENHO DE DENTRO	3.476.152	3.476.152	3.476.152
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.013.463	3.767.754	2.990.082
CONTINUIDADE DA REFORMA DA BIBLIOTECA ESTADUAL CELSO KELLY	194.800	100.964	100.964
TOTAL GERAL	142.799.880	55.771.436	46.460.010

IV. 3.4 FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM é responsável pela aplicação de 5% dos royalties e participações especiais atribuídos ao Estado do Rio de Janeiro, bem como pelo resultado de multas administrativas e condenações judiciais aplicadas por irregularidades constatadas pelos órgãos fiscalizadores do



meio ambiente, percentual que vem sendo rigorosamente cumprido desde 2007.

Neste exercício de 2009 a expectativa de recursos destinados ao FECAM é inferior em 36% ao montante aplicado em 2008. A volatilidade das receitas oriundas das participações governamentais na produção de petróleo e gás no ERJ levou à adoção de uma postura conservadora na elaboração do orçamento para o exercício de 2009. Em relação ao orçamento inicialmente previsto (R\$278,41 milhões), ainda se mantém um contingenciamento de R\$72 milhões em função da queda do preço do barril de petróleo (Tabela 32).

Em relação à execução orçamentária, apesar da dotação do exercício ser inferior a de 2008, a execução orçamentária apresenta melhor desempenho quando comparado com o mesmo período em 2008: acréscimo de R\$30,6 milhões (+86,9%). Essa execução equivale a uma aplicação de 3,6%, inferior em 28,3% em relação ao mínimo constitucional de 5%, conforme demonstrado na Tabela 34, situação que deve se modificar no próximo bimestre, uma vez que a despesa empenhada, já atinge R\$118,27 milhões.

Os recursos do FECAM são executados por diversas unidades executoras (Tabela 33). Neste semestre, a maior parcela foi destinada à contrapartida do empréstimo de financiamento do BNDES para expansão das linhas do Metrô, sob a responsabilidade da Riotrilhos.

Na execução de obras de saneamento em Jacarepaguá, Barra e Recreio foram aplicados R\$14,67 milhões e mais R\$2,5 milhões em melhorias na Estação Alegria.

No âmbito do INEA, a execução de R\$15,46 milhões concentrados basicamente na prevenção e controle de inundações e no Projeto Iguazu do PAC. Pela Secretaria do Ambiente foram aplicados R\$3,16 milhões, dos quais R\$1,63 milhão no Aterro Sanitário de Teresópolis. A Tabela 35 detalha os investimentos do FECAM nesse primeiro semestre.

Tabela 31

ORÇAMENTO ANUAL FECAM (2008 - 2009)				
ÓRGÃO	2008 EXECUÇÃO	2009		Δ% DISP. 2009 / EXEC.2008
		LOA	DISPON.	
		Em R\$ Mil		
SEOBRAS	31.966	25.200	25.200	-21,2%
DER	109			
CEDAE	103.838			
CEHAB	17.314	4.750	3.350	-80,6%
SEA	34.489	34.000	23.982	-30,5%
FECAM	15.331	70.221	48.530	216,6%
INEA	64.201	91.569	52.588	-18,1%
CENTRAL	8.000			
RIOTRILHOS	46.949	52.679	52.679	12,2%
TOTAL	322.197	278.419	206.330	-36,0%

Tabela 32

BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA FECAM

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		
	2008	2009	%	2008	2009	%
	Base de Cálculo	1.258	743	-41,0%	2.655	1.840
Mínimo a ser aplicado em FECAM 5%	63	37	-41,0%	133	92	-30,7%
Total da Despesa	23	31	33,1%	35	66	86,9%
Índice Constitucional-Recursos aplicados	1,8%	4,1%		1,3%	3,6%	

Fonte: SIG

Posição: 16/07/2009

Tabela 33

EXECUÇÃO DO FECAM POR FUNÇÃO

EM R\$

FUNÇÃO	UO	JAN-JUN 2008	JAN-JUN 2009
Gestão Ambiental	SEA	1.510.688	3.160.561
	FECAM	101.109	2.457.869
	INEA	15.077.488	15.464.027
Total		16.689.285	21.082.457
Habituação	CEHAB	-	248
Total		-	248
Saneamento	SEOBRAS	-	57.463
	CEDAE	6.691.034	-
	FECAM		17.171.618
Total		6.691.034	17.229.081
Transporte	CENTRAL	5.349.927	-
	RIOTRILHOS	6.527.973	27.568.691
Total		11.877.900	27.568.691
TOTAL GERAL		35.258.219	65.880.477

Tabela 34
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS FECAM 2009 (JAN-JUN)

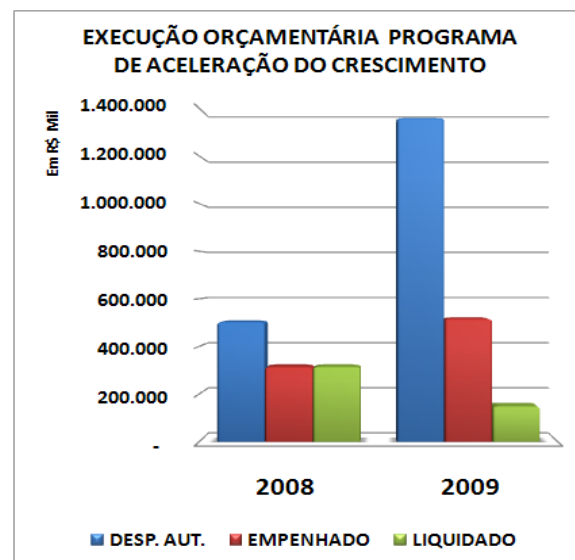
FUNÇÃO	PRINCIPAIS INVESTIMENTOS	Total
GESTÃO AMBIENTAL	PROJETO AGENDA 21 *	612.173
	PROJETO DE COMBATE AO CRIME AMBIENTAL	126.554
	OBRAS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO SEDE DO INEA	1.316.079
	ATERRO SANITÁRIO EM TERESÓPOLIS	2.152.160
	MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	41.594
	PREVENÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL DE INUNDAÇÕES	12.794.986
	OBRAS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL BACIAS RIOS IGUACU/BOTAS E SARAPUI - PAC	2.549.412
	CONTINUIDADE CONSTRUÇÃO DO ECO-LIMITE NA COMUNIDADE SANTA MARTA	769.330
	OBRAS DE MATERIALIZAÇÃO DE ECO-LIMITES COM REMANEJAMENTO DE OCUPAÇÕES NAS COMUNIDADES DA ROCINHA, CHÁCARA DO CÉU E PARQUE DA PEDRA BRANCA.	293.529
	ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	136.209
TOTAL GESTÃO AMBIENTAL		20.792.027
SANEAMENTO	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - BAIXADA E SÃO GONÇALO - PAC	57.463
	ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ZONA OESTE	14.671.618
	SANEAMENTO DA BAÍA DE GUANABARA	2.500.000
TOTAL SANEAMENTO		17.229.081
TRANSPORTE	MELHORIA NO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO COM A IMPLANTAÇÃO DA ESTAÇÃO GENERAL OSÓRIO - COPACABANA	27.568.691
TOTAL TRANSPORTE		27.568.691
OUTRAS DE PEQUENO VALOR		290.678
TOTAL GERAL		65.880.477

IV. 3.5 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

No primeiro semestre de 2009, foram liquidados R\$150,18 milhões por conta do PAC, dos quais R\$100,36 milhões com recursos provenientes da União (66,8%) e R\$49,81 milhões com recursos do Tesouro Estadual (33,2%).

Comparada com a execução do mesmo período em 2008, o incremento foi de R\$126,73 milhões. Apesar do expressivo crescimento em relação a 2008, a despesa liquidada no primeiro semestre corresponde apenas a 11,0% do total de R\$1,38 bilhão previsto para exercício de 2009. Desse montante, a SEOBRAS é responsável pela execução de 89,2% do programa, seguida pelo INEA (6,5%), CEHAB (3,8%) e FEAS (0,5%) com o PAC Social. Dos R\$150,15 milhões já liquidados, R\$11,32 milhões destinaram-se às diversas desapropriações, aí incluídas as do Arco Metropolitano.

Gráfico 6



Foram empenhados até junho R\$517,91 milhões, ou 47,6% do gasto previsto para o ano, já considerando um pequeno contingenciamento efetuado no começo do ano. (Gráfico 6).

A Tabela 35 apresenta os investimentos realizados por unidade executora.

Algumas intervenções do PAC já foram finalizadas:

- Complexo de Manguinhos: Em maio foram entregues à comunidade o Centro Vocacional Tecnológico (CVT - Correios), a Unidade de Pronto-Atendimento 24 Horas (UPA-Manguinhos) e o Parque Aquático;
- Complexo do Alemão: 56 unidades habitacionais, uma quadra poliesportiva e o Centro de Geração de Renda entregues no final de maio.

Até junho foram entregues 56 unidades habitacionais no Alemão, sendo previstas mais 96 no segundo semestre

As entregas previstas para o 2º semestre de 2009 incluem:

- Complexo de Manguinhos: 416 unidades habitacionais;
- Complexo do Alemão: 96 unidades habitacionais;
- Projeto Iguaçu¹⁹: dois trechos em agosto - um no Rio Botas, em Belford Roxo, e outro no Rio Sarapuí, entre São João de Meriti e Mesquita;
- Morro do Pavão-Pavãozinho: 226 unidades habitacionais, das quais 56 unidades em agosto, além da abertura de duas ruas principais.

Em Manguinhos, a comunidade já foi beneficiada com a implantação de uma “mega” UPA 24 horas, Centro Vocacional Tecnológico e Parque Aquático.

¹⁹ O Projeto Iguaçu consiste em obras, principalmente de desassoreamento das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí e seus respectivos afluentes, numa área correspondente a 726 quilômetros quadrados que beneficiará uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes diretamente nos municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias e parte de Bangú e Senador Camará, bairros da Zona Oeste



Tabela 35

UO	PROJETO	FONTE	2009		
			EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
CEHAB	Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - PAC	TESOURO	1.321	,25	,25
		OUTRAS FR	4.492	1.078	747
		Total	5.813	1.078	747
	Projeto Morro do Preventório - PAC	TESOURO	2.258	1.003	764
		OUTRAS FR	4.101	2.594	2.026
		Total	6.359	3.597	2.790
TOTAL CEHAB			12.172	4.675	3.537
INEA	Projeto Iguaçu - PAC	TESOURO	4.584	2.549	2.549
		OUTRAS FR	30.000	27.902	27.902
Total INEA			34.584	30.451	30.451
SEOBRAS	Ampl Ab Água na Baixada e S Gonçalo - PAC	TESOURO	7.391	352	76
		OUTRAS FR	89.354	9.105	423
		Total	96.745	9.456	498
	Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitan- PAC	TESOURO	24.970	374	343
		OUTRAS FR	88.938	11.293	1.400
		Total	113.909	11.667	1.743
	Melhoria Prod no Parque Tratam Guandu - PAC	TESOURO	451		
		OUTRAS FR	2.585	206	35
		Total	3.036	206	35
	Saneam Entorno Baía de Guanabara e RMRJ-PAC	TESOURO	1.180		,00
		OUTRAS FR	11.621	30	,35
		Total	12.802	30	,35
	Urbanização da Rocinha - PAC	TESOURO	16.490	7.035	2.328
		OUTRAS FR	36.145	8.787	
		Total	52.635	15.822	2.328
	Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	TESOURO	34.963	10.322	5.176
		OUTRAS FR	25.986	6.625	106
		Total	60.948	16.947	5.282
	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	TESOURO	39.056	26.181	5.678
		OUTRAS FR	80.308	31.369	15
		Total	119.364	57.549	5.693
	Urbanização do Morro do Pavão Pavãozinho- PAC	TESOURO	4.161	2.004	994
		OUTRAS FR	7.561	1.376	
		Total	11.722	3.380	994
Total SEOBRAS			471.161	115.058	16.572
TOTAL TESOURO			136.824	49.820	17.908
TOTAL CONVÊNIOS			381.092	100.364	32.653
TOTAL GERAL			517.916	150.184	50.561

* Os recursos de Convênios são provenientes do Governo Federal



BOX 4 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER/RJ)

O Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro – DER/RJ é o órgão responsável pela conservação e modernização da malha rodoviária estadual não concessionada que conecta os municípios fluminenses.

No primeiro semestre de 2009, foram aplicados R\$178,00 milhões, correspondendo a um aumento de +32,5% em relação ao mesmo período de 2008.

Do total executado no semestre, 86,3% (R\$153,62 milhões) foram custeados pelo Tesouro Estadual, 8,3% (R\$14,76 milhões) com recursos provenientes da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e 5,4% (R\$9,61 milhões) com recursos próprios que, em sua maioria, são decorrentes de multas de trânsito aplicadas nas rodovias estaduais.

A forte presença do Tesouro decorre da perda de receita própria do DER devido a dificuldades em se cobrarem multas e a passagem da Linha Vermelha para a prefeitura do Rio, que se traduziu pela perda de aproximadamente R\$ 30 milhões anuais em receitas de multas.

A aparente redução nas despesas de pessoal no DER decorre de um gasto com o pagamento de precatórios no valor de R\$4,24 milhões em 2008, sem repetição em 2009. A despesa de pessoal representou 18,7% do gasto total do DER no período.

As despesas de custeio, direcionadas à conservação de estradas e rodovias, cresceram 30% (+R\$20,39 milhões) em relação a 2008. Além da contratação de serviços, o gasto se estende à aquisição de cimento asfáltico e ligantes, diretamente relacionada aos investimentos na expansão da malha rodoviária.

Os investimentos do DER totalizaram R\$56,22 milhões no primeiro semestre de 2009, aumentando em 106,4% em relação à igual período de 2008 (+R\$28,98 milhões). A maior parte do investimento, R\$21,68 milhões, foi destinada à execução de obras de emergência, para contenção de encostas, remoção de barreiras e construção de pontes em diversos municípios assolados pelas chuvas de verão: Barra do Piraí, Parati, Bom Jesus de Itabapoana, Campos, São Fidélis, Quissamã, Conceição de Macabú, Jacutinga e Santa Maria Madalena.

Além das obras emergenciais, a implantação e melhoria de Rodovias Vicinais requereram R\$16,23 milhões e a restauração e melhorias de rodovias e obras de arte R\$18,08 milhões.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DER/RJ POR GRUPO DE DESPESA

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		
	2008	2009	Δ %	2008	2009	Δ %
PESSOAL	9.028	11.000	21,8%	39.125	33.425	-14,6%
CUSTEIO	25.466	45.298	77,9%	67.965	88.362	30,0%
INVESTIMENTO	8.051	43.038	434,5%	27.235	56.220	106,4%
TOTAL DA DESPESA	42.545	99.336	133,5%	134.325	178.007	32,5%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 16/07/2009

INVESTIMENTOS DER POR ELEMENTO DA DESPESA E FONTE DE RECURSOS (JAN/JUN)

Em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	FR	EMP.	LIQ.	PAG.
Auxílios	Tesouro	6.000	6.000	6.000
Equipamentos e Material Permanente	Tesouro	8	-	-
	Rec. Próprios	17	4	-
	TOTAL	25	4	-
Obras e Instalações	Tesouro	64.397	38.012	27.242
	CIDE	24.877	12.159	12.159
	TOTAL	89.274	50.171	39.401
Outros Serv de Terceiros Pessoa Jurídica	Tesouro	25	25	,4
	CIDE	74	21	21
	TOTAL	99	45	21
TOTAL GERAL		95.398	56.220	45.421

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 16/07/2009



ACÇÃO	HISTÓRICO	EXECUÇÃO JAN-JUN 2009
Apoio aos Municípios	DESAPROPRIAÇÃO DE PROPRIEDADE PARA DUPLICAÇÃO DA RJ-101, RJ-105 E DA AV. PRESIDENTE KENNEDY, EM DUQUE DE CAXIAS.	33.000
	DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE 144 RUAS EM SAQUAREMA.	6.000.000
		6.033.000
Atendimento aos Municípios em situação de emergência	DRENAGEM E CONTENÇÃO DE ENCOSTAS - BARRA DO PIRAI	2.379.956
	CONSTRUÇÃO DE PONTE NA RJ-178	132.914
		2.512.871
Contenção de Encostas e Taludes	PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E CONTENÇÃO NA RJ-230, RJ-165, RJ-162, RJ -196 E RJ -146	7.972.699
	RECOMPOSIÇÃO DO LEITO ESTRADAL DA RJ-196	1.111.277
	REMOÇÃO DE BARREIRA E INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE DRENAGEM NA RJ-142	8.999.912
		18.083.888
Execução de Obras Cívicas e Urbanização	NOVO CENTRO OPERACIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA NO DISTRITO INDUSTRIAL EM QUEIMADOS	723.194
Impl Rod, Rod Vicinais e Obras Arte Esp e Pav	TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E MELHORIAS OPERACIONAIS NA RJ-117, RJ-214, RJ-230, RJ -140, RJ -143, RJ-210 E RJ- 230	12.143.780
	SERVIÇOS TÉCNICOS PARA DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS PARA IMPLANTAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR-493/RJ (MANILHA AO PORTO DE SEPETIBA)	642.516
	MELHORIAS OPERACIONAIS, DUPLICAÇÃO DE PISTAS, PAVIMENTAÇÃO DRENAGEM E CONSTRUÇÃO DE PONTES NA AV. PRESID. KENNEDY EM DUQUE DE CAXIAS	2.916.527
	SEGMENTO DE DESVIO DO TRÁFEGO ENTRE AS RJ-137 E RJ-143	535.443
		16.238.266
Infra-estr e Saneamento em Comun Baixa Renda	PAVIMENTAÇÃO DRENAGEM, URBANIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE VÁRIOS LOGRADOUROS	164.476
Planejamento, Estudos e Projetos Rodoviários	ESTUDOS E PROJETOS BÁSICOS DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA, LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS E CONTROLE TECNOLÓGICO DE OBRAS EM TODAS AS REGIÕES DO ESTADO DO R. JANEIRO	1.066.524
	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA RJ-109 (TRECHO DO ARCO RODOVIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)	1.953.477
	OUTROS DE PEQUENO VALOR	305.680
		3.325.681
Restauração e Melhoria de Rod e Obras de Arte	RESTAURAÇÃO DA RJ-155 E RJ -154	5.456.496
	RESTAURAÇÃO, RECAPEAMENTO E IMPLANTACÃO DOS ACOSTAMENTOS NAS RJ-160, RJ-152 E RJ 116	2.587.272
	OBRAS EMERGENCIAIS NA RJ-153	1.091.241
		9.135.008

IV. 3.6 Segurança Pública

Na área de Segurança Pública, a maior parte das despesas corre por conta da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG) e pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) e suas respectivas unidades orçamentárias. No primeiro semestre de 2009, elas somaram R\$1,21 bilhão, com incremento de R\$10,0% (+R\$110,66 milhões) em relação ao mesmo período de 2008. O gasto previsto para o ano é R\$ 4,68 bilhões, dos quais, R\$1,65 bilhão é pago pelo Rioprevidência aos inativos oriundos da área de Segurança.

Tabela 36
SEGURANÇA PÚBLICA DO ERJ
EXECUÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Em R\$ mil

DISCR.	JAN-JUN 2008	JAN-JUN 2009	Δ%
SEAP	128.319	136.648	6,5%
FSCABRINI	3.128	3.465	10,8%
SESEG	30.646	65.318	113,1%
PCERJ	309.409	324.478	4,9%
PMERJ	622.934	680.448	9,2%
INST. SEG. PÚBLICA	1.067	1.195	11,9%
FUNDOS - SESEG, SEAP, ACADEPOL E PCERJ	8.529	3.145	-63,1%
TOTAL DA DESPESA	1.104.032	1.214.697	10,0%

Fonte: SIG/SIAFEM

Posição: 16/07/2009



No âmbito da SESEG, que responde pela maior parcela da aplicação dos recursos na Segurança, destacam-se os gastos das Polícias Militar e Civil. Na SEAP, inclui-se também a despesa da Fundação Santa Cabrini, órgão responsável pelo trabalho profissional dos albergados. (Tabela 37).

A área de Segurança conta ainda em sua estrutura com diversos Fundos, cuja participação na despesa, é, no entanto, pequena (0,26%). A execução desses fundos, em valor 63,1% menor do que em 2008 (-R\$5,38 milhões) se explica pela realocação dos recursos do Programa Delegacia Legal para a Secretaria de Obras.

O Tesouro Estadual foi responsável pelo financiamento de 96,5% do dispêndio da área de Segurança, com execução de R\$1,16 bilhão em 2009 contra R\$1,06 bilhão em 2008, ou seja, um crescimento de 10,2% (+R\$108,32 milhões). As despesas financiadas com recursos próprios e provenientes de convênios mantiveram patamar semelhante ao de 2008, com ligeiro incremento de 0,5% e 0,3%, respectivamente. Houve redução nas despesas financiadas pelo SUS, especificamente no Hospital Penitenciário.

Os gastos com pessoal e encargos sociais comprometeram 80,7% da despesa total do semestre, com incremento de 9,5% (+R\$85,24 milhões) em relação a 2008. Esse aumento concentra-se na Polícia Civil ERJ – PCERJ (+R\$15,14 milhões), Polícia Militar ERJ – PMERJ (+R\$57,86 milhões) e SEAP (+R\$8,91 milhões). O Gráfico 7 demonstra a distribuição das despesas com pessoal por UO:

Tabela 37
SEGURANÇA PÚBLICA DO ERJ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSOS

Em R\$ mil

DISCR.	JAN-JUN 2008	JAN-JUN 2009	Δ%
TESOURO	1.061.630	1.169.953	10,2%
CONVÊNIOS	40.125	40.236	0,3%
SUS	946	652	-31,1%
RECURSOS PRÓPRIOS	1.332	1.339	0,5%
TOTAL DA DESPESA	1.104.032	1.212.180	9,8%

Fonte: SIG/SIAFEM
Posição: 16/07/2009

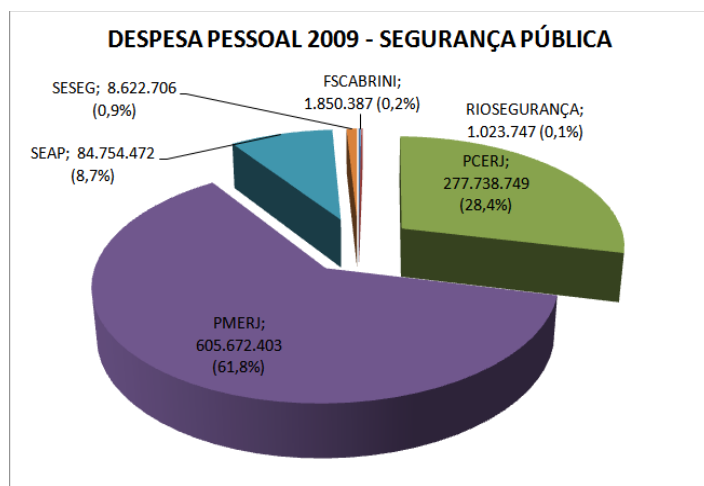
O contingente ativo da Polícia Militar é de 38.400 policiais, ou seja, pouco mais de um policial para cada 500 cidadãos

Tabela 38
SEGURANÇA PÚBLICA DO ERJ
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Em R\$ mil

DISCR.	JAN-JUN 2008	JAN-JUN 2009	Δ %
PESSOAL	894.417	979.662	9,5%
CUSTEIO	190.811	214.184	12,2%
INVESTIMENTO	18.804	20.850	10,9%
TOTAL	1.104.032	1.214.697	10,0%

Fonte: SIG/SIAFEM
Posição: 16/07/2009

Gráfico 7

O gasto com pessoal na área de segurança aumentou 9,5% no primeiro semestre de 2009 em relação ao mesmo período de 2008

Os profissionais desta área foram beneficiados com reajustes salariais, tanto em 2007 (4%) quanto em 2008 (8%). Além disso, ainda em 2008 o quadro da Polícia Civil foi ampliado com a nomeação de 64 Delegados de Polícia, aprovados no concurso realizado em 2006. A renovação dos quadros e aumento do efetivo tem merecido atenção por parte do Governo. Neste primeiro semestre de 2009 foram abertas 4.000 vagas para policial militar, cujo concurso está sendo realizado. Também foram autorizadas 1.054 vagas para diversas carreiras da Polícia Civil.

A parceria firmada em janeiro último, com a Prefeitura do Rio permitiu a implantação de Unidades de Polícia Pacificadora – UPP nas comunidades de Cidade de Deus, Morro Dona Marta e Morro do Batan. Os policiais lotados nessas unidades recebem gratificação de R\$ 500,00/mês que são custeadas pela Prefeitura. A Tabela 41 demonstra o custo mensal e anual das gratificações nas UPPs já implantadas.

As despesas de custeio requereram no semestre R\$214,18 milhões, correspondendo a um aumento de 12,2%, ou R\$23,37 milhões, em relação ao mesmo período de 2008 (Tabela 39). Significativa parcela destes gastos foi direcionada para renovação e ampliação da frota de viaturas da Polícia Militar, beneficiando

Tabela 39
CUSTO GRATIFICAÇÃO UNIDADES DE
POLÍCIA PACIFICADORAS - UPPs

COMUNIDADE	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
DONA MARTA	62.500	750.000
CIDADE DE DEUS*	93.000	1.023.000
BATAN*	27.500	302.500
TOTAL	183.000	2.075.500

*Implantadas em Fev/2009

Fonte: Polícia Militar - RJ

primeiramente o município do Rio de Janeiro e posteriormente as regiões metropolitanas (Niterói e Baixada Fluminense), conforme demonstra a Tabela 41. Ainda no âmbito da PMERJ, o cartão RIOCARD, que vem sendo concedido gradativamente à corporação desde o início do ano requereu R\$4,70 milhões no semestre.

Na SEAP, foram gastos R\$42,4 milhões com preparo e distribuição de alimentação de apenados e na Fundação Santa Cabrini. Além disso, o incentivo financeiro dos serviços realizados pelos apenados no sistema penitenciário estadual (Lei 4.984 de 11 de janeiro de 2007), requereu R\$1,21 milhão.

Nos investimentos, a execução orçamentária foi de R\$20,85 milhões, correspondendo a um incremento de 10,9% em relação a 2008 (+R\$2,04 milhões), com expressiva participação do gasto com a renovação da frota de veículos, inclusive especializados, que neste semestre resultaram na aplicação de R\$13,56 milhões.

Outras despesas a mencionar são R\$1,18 milhão na reforma no prédio sede da Secretaria de Segurança Pública, R\$1,5 milhão na aquisição de armamentos e R\$2,57 milhões em reformas nas instalações do Sistema Penitenciário.

IV.4 Cota Financeira²⁰

O limite anual da cota financeira segue os parâmetros das Metas Bimestrais de Arrecadação e do Cronograma de Desembolso mensal para o ano, divulgados nos termos do art. 8º da LRF, sendo alterado sempre que essas metas são revistas. A distribuição entre os órgãos tem como limite máximo os valores fixados na Cota Orçamentária estabelecida para emissão de empenhos. Como regra geral, o valor de cota financeira para emissão de PDs é sempre menor do que a cota orçamentária, pois as

²⁰ Os valores apresentados na Tabela 43 estão acumulados.

Tabela 40

CUSTO RENOVAÇÃO E EXPANSÃO DA FROTA DE VIATURAS DA PMERJ

Em R\$ mil

COMUNIDADE	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
GESTÃO DA FROTA - MUNIC. RIO DE JANEIRO	1.958	23.490
AQUISIÇÃO DA FROTA - MUNIC. RIO DE JANEIRO	986	11.829
GESTÃO DA FROTA - REGIÃO METROPOLITANA 1 E 2	1.933	23.197
AQUISIÇÃO DA FROTA - REGIÃO METROPOLITANA 1 E 2	1.027	12.323
TOTAL	5.903	70.839

O nível de utilização da Cota Financeira das “fontes próprias” ficou aquém do valor disponibilizado aos órgãos do Estado, tendo sido utilizados apenas 45,3% do limite calculado a partir da expectativa de receita declarada pelos órgãos.



diversas fases da despesa ocorrem em momentos distintos.

A metodologia para estabelecimento da cota financeira manteve-se a mesma de 2008, com limites mensais para emissão de PDs diferenciados por fontes de recursos, Tesouro e Outras fontes, atingindo somente as despesas Correntes e de Capital, entendidas como gastos de custeio e investimentos. As despesas de pessoal e aquelas consignadas em Encargos Gerais do Estado, pelo seu caráter não-discrionário não têm limites para emissão de PDs, obedecem à legislação vigentes e aos contratos de financiamento.

No primeiro semestre de 2009 foram utilizados 70,8% da cota financeira liberada para o período. Conforme a Tabela 41, os recursos do Tesouro arcaram com 77,2% de do valor pago no período.

Embora, a partir do mês de maio tenha sido feito um ajuste no valor da cota liberada em Outras Fontes de recursos, tendo por base a disponibilidade financeira de cada órgão, a sua utilização ainda se mantém abaixo de 50%, mas observa-se um considerável aumento (+R\$231,68 milhões) em relação ao 1º quadrimestre, cujo total de PDs emitidas era de R\$161,99 milhões.

Parte da aparentemente baixa execução do conjunto de fontes deve-se em alguns casos ao resguardo por diferentes órgãos no uso de fontes próprias em favor do uso antecipado das fontes Tesouro, assim como a certo otimismo na estimativa das receitas próprias feitas pelos mesmos. Como resultado, o uso da cota Tesouro foi mais alto do que o da cota de outras fontes. Ainda assim, refletindo o baixo nível de liquidação em alguns órgãos, houve substancial folga no efetivo uso dos recursos orçamentários e financeiros disponibilizados pelos órgãos centrais da administração financeira do Estado.

Tabela 41

FR	COTA FINANCEIRA LIBERADA (JAN-JUN)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (JAN-JUN)	Em R\$ mil
			% UTILIZAÇÃO
TESOURO	1.570.347	1.332.319	84,8%
OUTRAS FRs	868.801	393.677	45,3%
TOTAL	2.439.148	1.725.996	70,8%



BOX 5 – Evolução do Gasto 2006-2008

A disciplina fiscal adotada em 2007 não implicou em intensa redução na despesa do governo estadual, mas sim uma tentativa de melhorar a qualidade deste gasto e aumentar a transparência da sua utilização.

Uma forma de se melhorar a qualidade do gasto foi priorizar o uso dos recursos. Assim, é evidente a prioridade acordada à Saúde (+41,6%), Educação (+48,8%), à Segurança (+35%, considerando SESEG+PCERJ+PMERJ+RIOSEGURANÇA+FUESP+SEAP) e à Cultura (+112%). Subtraindo-se a variação dos preços ao consumidor (IPCA-RJ) de 13% acumulada no período, pode-se ter uma idéia do crescimento real dessas despesas, que é apreciável (última coluna da Tabela 44). Tome-se, por exemplo, a Saúde, onde o aumento de despesa foi 25% acima da inflação, ou a Educação, com aumento real de mais de 30% também acima da inflação.

Outras áreas com evidente incremento incluem SEOBAS-DER (+154%) e a parte de assistência social (+34%, considerando SEASDH+FEAS+FSCABRINI+FIA-RJ+FLXII). Tanto no caso da Cultura, quanto na Assistência Social e Direitos Humanos, é interessante notar que o grande aumento se deu através das fundações e fundos especializadas e não necessariamente na estrutura da Secretaria correspondente, o que aumenta o alcance do recurso usado.

Também houve diminuição em algumas áreas, especialmente empresas que haviam perdido sua razão de ser (Central, RioTrilhos, Flumitrens) e que vêm sendo mantidas muito por conta de passivos trabalhistas. Outras, como a EMATER-RJ, estão encontrando outras funções, que requereram menos pessoal.

Uma área onde houve uma diminuição pontual em relação a 2006 foi o FECAM—cuja receita é proporcional às participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás. Neste caso, como 2006 foi um ano com receitas fortes, e 2009 é um ano em que essas receitas caíram, o valor aplicado no FECAM diminuiu (em 2008, a aplicação excedeu R\$ 320 milhões). Por outro lado, o INEA, órgão chave da conservação ambiental, viu seu orçamento crescer.

Em suma, os três primeiros anos do governo permitiram um fortalecimento de ações em muitas áreas, com o concurso de maiores dispêndios. As “Demais” áreas não segregadas, apesar de não crescerem na faixa de 100%-500%, como muitas das identificadas acima, apresentaram um crescimento nominal da ordem de 38,4%, ou seja, bem acima de 20% reais. É de se observar que, ao contrário de importantes despesas em anos anteriores, todos os valores liquidados em 2007 e 2008 já foram efetivamente pagos, o que também ocorrerá para 2009 até no máximo o fim do primeiro quadrimestre do exercício seguinte (com relação a 2010, não se podem deixar restos a pagar sem devida cobertura em 2011, o que significa que o limite orçamentário no próximo ano deverá ser muito próximo ao limite financeiro ditado pela projeção de arrecadação para o ano).

A manutenção do orçamento de 2009 em níveis recordes históricos e sem risco de desequilíbrio, apesar da forte contração da economia mundial e brasileira, foi possível graças ao cuidadoso planejamento orçamentário e financeiro dos últimos anos, especialmente no uso das receitas extraordinárias de 2008. O desafio do Orçamento 2010 será manter as despesas discricionárias em, no mínimo, o mesmo patamar nominal de 2009, considerando um pequeno incremento nominal nas despesas vinculadas, em linha com as projeções de receita para o próximo ano.



Tabela 42

PRINCIPAIS DESPESAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 2006-2009

Unidade Orçamentária	LIQUIDADADO 2006	LIQUIDADADO 2007	LIQUIDADADO 2008	DISPONÍVEL 2009	VAR % 2006/ DIS P. 2009	VAR % 2006/ DIS P. 2009 (DEFLAT)
EDUCAÇÃO	2.501.971.780	3.071.393.807	3.579.294.340	3.722.188.219	48,8%	31,2%
SAÚDE	1.572.275.747	1.805.055.316	2.209.577.001	2.226.428.207	41,6%	24,8%
FECAM	289.349.109	207.831.005	321.821.028	206.677.283	-28,6%	-37,0%
OUTRAS AREAS	4.052.413.389	4.422.087.597	5.167.068.926	5.748.264.309	41,8%	25,0%
SEOBRAS	35.587.235	44.774.693	161.873.748	222.400.673	524,9%	450,9%
DER-RJ	251.439.050	196.694.553	330.709.038	506.877.388	101,6%	77,7%
FLXIII	20.591.874	35.770.632	55.988.034	56.544.091	174,6%	142,1%
FIA-RJ	20.109.037	35.725.377	47.302.477	49.178.752	144,6%	115,6%
FSCABRINI	3.144.552	5.029.559	8.796.702	6.694.338	112,9%	87,7%
FEAS	51.555.920	48.879.587	57.636.753	72.326.106	40,3%	23,7%
SEASDH	58.683.933	33.733.644	20.338.450	22.240.298	-62,1%	-66,6%
DPGE	152.570.298	290.035.533	325.771.178	340.599.910	123,2%	96,8%
PGE	68.109.588	117.676.870	132.914.245	141.901.829	108,3%	83,7%
INEA	40.128.127	65.984.478	72.264.482	71.601.892	78,4%	57,3%
SETE	22.208.326	60.676.804	61.544.127	38.519.919	73,4%	52,9%
SUDERJ	93.323.654	6.232.339	4.510.146	5.099.760	-94,5%	-95,2%
FTMRJ	30.464.902	33.676.211	38.426.688	44.195.733	45,1%	27,9%
SEC	13.648.990	15.964.827	28.130.351	36.748.311	169,2%	137,4%
FUNARJ	14.687.307	21.663.347	32.181.605	29.858.405	103,3%	79,2%
FMIS	1.831.734	1.799.618	2.485.253	15.040.191	721,1%	623,9%
FCFB	891.363	1.316.862	3.800.489	4.655.184	422,3%	360,4%
SESEG	17.614.617	7.613.745	85.658.647	108.597.533	516,5%	443,5%
PCERJ	544.333.530	604.104.494	639.204.444	746.409.610	37,1%	20,9%
PMERJ	1.061.313.990	1.184.371.196	1.289.361.666	1.395.419.246	31,5%	15,9%
RIOSEGURANÇA	1.853.782	2.830.659	2.375.911	2.377.069	28,2%	13,0%
FUESP	1.161.792	2.281.398	8.187.315	1.463.836	26,0%	11,1%
SEAP	219.023.174	217.552.957	245.287.976	249.986.828	14,1%	0,6%
SEDEC	312.618.816	350.532.673	368.867.673	392.294.000	25,5%	10,6%
COCOM	120.303.290	76.084.066	85.679.678	59.607.736	-50,5%	-56,3%
FLUMITRENS	2.148.997	1.907.395	1.739.944	2.434.864	13,3%	-0,1%
EMATER-RIO	39.344.695	57.462.664	41.715.793	44.268.000	12,5%	-0,8%
RIOTRILHOS	56.955.794	63.492.069	91.398.718	62.841.336	10,3%	-2,7%
TURISRIO	6.280.913	6.238.675	6.611.128	6.707.110	6,8%	-5,9%
PESAGRO-RIO	18.032.515	18.428.241	20.384.478	16.980.381	-5,8%	-17,0%
CENTRAL	93.690.139	125.142.924	64.972.351	54.719.737	-41,6%	-48,5%
DEMAIS	678.761.455	688.409.508	830.949.439	939.674.243	38,4%	22,2%

SIGLA	Nome Unidade Orçamentária
FECAM	Fundo Estadual de Conservação Ambiental
SEOBRAS	Secretaria de Estado de Obras
DER-RJ	Fund Dep Estradas de Rodagem do Estado do RJ
FLXIII	Fundação Leão XIII
FIA-RJ	Fundação para a Infância e Adolescência
FSCABRINI	Fundação Santa Cabrini
FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS
SEASDH	Secretaria de Estad Assist Soc e Dir Humanos
DPGE	Defensoria Pública Geral do Estado
PGE	Procuradoria Geral do Estado
INEA	Instituto Estadual do Ambiente - INEA
SETE	Secret de Estado de Turismo, Esporte e Lazer
SUDERJ	Superintendência de Desportos do Estado do RJ
FTMRJ	Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro
SEC	Secretaria de Estado de Cultura
FUNARJ	Fund Anita Mantuano de Artes do Est do RJ
FMIS	Fundação Museu da Imagem e do Som
FCFB	Fundação Casa França Brasil
SESEG	Secretaria de Estado de Segurança
PCERJ	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
RIOSEGURANÇA	Inst de Segurança Pública do Estado do RJ
FUESP	Fundo Especial Penitenciário
SEAP	Secretaria de Estado de Admin.Penitenciária
SEDEC	Subsecretaria de Defesa Civil
COCOM	Subsecretaria de Comunicação Social
FLUMITRENS	Comp Flumin de Trens Urbanos - Em liquidação
EMATER-RIO	Empr de Assist Técn e Ext Rural do Est do RJ
RIOTRILHOS	Comp de Transp sobre Trilhos do Est do RJ
TURISRIO	Companhia de Turismo do Est RJ
PESAGRO-RIO	Empr de Pesquisa Agropecuária do Est do RJ
CENTRAL	Comp Est de Engenh de Transportes e Logística

V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**V.1. Pagamento de PD's**

No terceiro bimestre de 2009, a ampliação da Cota Financeira ²¹ acarretou uma maior emissão de Programações de Desembolso (PD's) e um ligeiro aumento do seu prazo médio de pagamentos em relação ao bimestre anterior (de 12 dias para 13 dias, na área prioritária; e, de 14 dias para 17 dias na área não prioritária). Esse crescimento sazonal, contudo, não impediu o Tesouro Estadual de reduzir esse prazo em relação a 2008 (e.g., de 20 para 17 dias nas áreas não prioritárias).

Os Órgãos converteram em PD's²² cerca de 87% da sua Cota Financeira liberada (acumulada no 1º semestre), contra os 74% da Cota acumulada até o bimestre passado. Esse desempenho decorre do montante liquidado e da agilidade em converter as liquidações em PD's. As áreas prioritárias (Saúde, Educação e Segurança) converteram mais de 97% de suas despesas liquidadas em PD's até o terceiro bimestre. A Educação, por exemplo, obteve o percentual de 99,6% de suas despesas liquidadas transformadas em PD's.

O Tesouro Estadual, por sua vez, manteve a celeridade em seus pagamentos, honrando 84% das PD's emitidas até o final do bimestre, contra os 82% registrados até o final do bimestre passado (o prazo médio de 15 dias implica que parte dos pagamentos é feita no mês seguinte ao da emissão da PD).

A combinação da agilidade em emissão de PD por parte do órgão, com a celeridade nos pagamentos por parte do Tesouro, resultou no caso da Saúde, por exemplo, em que

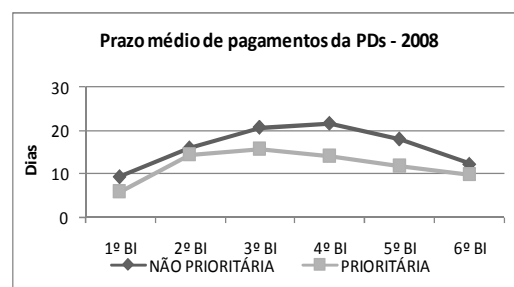
Tabela 43

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DAS PD'S

3º Bimestre 2009

Áreas	PRAZO MÉDIO
Prioritária	13
Não Prioritária	17
MÉDIA GERAL	15

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE

Gráfico 8**Tabela 44****ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ JUNHO DE 2009**

ÁREAS	EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FINANCEIRA LIBERADA (C)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (D)	DESPESA PAGA (E)
SAÚDE	757.876,9	422.568,6	432.958,1	410.997,6	327.630,5
EDUCAÇÃO	277.369,9	185.568,3	197.820,1	184.858,4	171.073,4
SEGURANÇA	251.832,2	191.007,5	210.257,9	187.982,4	155.746,7
DEMAIS	909.935,8	620.568,0	729.311,2	586.885,0	499.238,3
TOTAL	2.197.014,8	1.419.712,4	1.570.347,3	1.370.723,4	1.153.688,8

Fonte: Sistemas SIAFEM e SIG

Obs. ¹: Posição acumulada até JUNHO/2009Obs. ²: Fonte de Recursos - Tesouro

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
SAÚDE	55,76%	97,60%	97,26%	94,93%	79,72%
EDUCAÇÃO	66,90%	93,81%	99,62%	93,45%	92,54%
SEGURANÇA	75,85%	90,84%	98,42%	89,41%	82,85%
DEMAIS	68,20%	85,09%	94,57%	80,47%	85,07%
TOTAL	64,62%	90,41%	96,55%	87,29%	84,17%

²¹ Resoluções Conjunta Sefaz/Seplag nº 55/2009, 67/2009, 68/2009, 69/2009, 71/2009 e 73/2009. As liberações são cumulativas, ou seja, os valores não utilizados em meses pretéritos podem gerar saldos elevados.

²² Entende-se como Cota Financeira utilizada as Programações de Desembolso – PD's emitidas.

aproximadamente 56% de seus empenhos²³ tenham sido liquidados, 97% de suas liquidações tenham tido as PD's emitidas, absorvendo 94% de sua Cota Financeira, e cerca de 80% dentre as PD's emitidas sem equívocos já tenham sido pagas pelo Tesouro Estadual. Isto significa que quase metade dos serviços contratados em 2009 já foram liquidados e mais de $\frac{3}{4}$ daqueles concluídos e verificados pelo setor já foram pagos.

Tiquete médio

O tíquete médio é o valor médio das PD's de um determinado setor. O seu tamanho proporciona uma indicação do volume médio pago a cada fornecedor.²⁴

Tomando-se os 100 maiores fornecedores do Estado²⁵, no 3º bimestre de 2009, por exemplo, encontrou-se que o tíquete médio do Estado para este grupo, que representa significativa parte do total pago pelo Estado, foi de R\$ 108,4 mil.

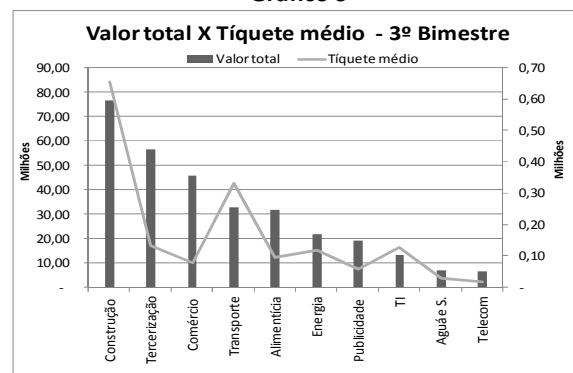
O setor de construção (e.g., PAC) foi o que apresentou maior tíquete médio, e também maiores gastos. Os serviços de transporte têm o segundo maior tíquete médio, com PD's de R\$ 331 mil, em média. A terceirização de serviços (e.g., limpeza) representou a segunda maior despesa, entretanto, apresenta um tíquete médio bem menor, da ordem de R\$ 130 mil. Assinale-se que a forma de tarifar o serviço pode afetar o tíquete médio. Por exemplo, os serviços de telecomunicação, apesar de representarem um volume de pagamento bem menor que o da energia elétrica, geraram 414 PD's por conta da declarada dificuldade da consolidação das contas da telefonia celular (serviço fornecido pela Oi-Telemar),

Tabela 45

Segmento	Valor total	Nº PD's	Tiquete médio
Construção	76.778.837,21	117	656.229,38
Terceirização de Serviços	56.788.864,78	434	130.849,92
Comércio Atacadista	45.917.146,18	597	76.913,14
Transporte	33.103.513,59	100	331.035,14
Alimentícia	31.875.185,56	332	96.009,60
Energia	21.862.938,43	187	116.914,11
Publicidade e propaganda	19.305.524,09	342	56.448,90
Tecnologia da Informação	13.317.503,64	105	126.833,37
Aguá e Saneamento	7.094.293,93	259	27.391,10
Telecomunicação	6.788.613,75	414	16.397,62
Total geral	312.832.421,16	2887	108.359,00

* Utilizado os 100 maiores fornecedores do Estado

Gráfico 9



²³ Art. 58 da Lei 4.320/64 – “O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.”

²⁴ Para calculá-lo, dividimos o valor total do pagamento pelo número de PD's, assim, encontramos a média de pagamentos feitos ao fornecedor.

²⁵ Maior valor total de pagamentos.

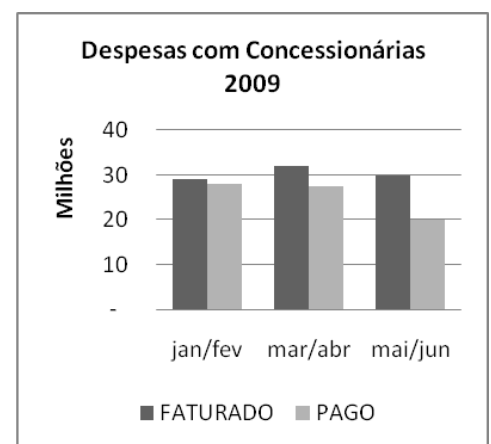
enquanto a energia gerou apenas 187 PD's, resultando em tíquetes médios de R\$ 16 mil e R\$ 116 mil respectivamente.

V.2 – Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No primeiro semestre de 2009, os Órgãos e as entidades usaram R\$ 91 milhões de recursos de fontes do Tesouro Estadual para pagamento de serviços públicos de eletricidade, telefonia, distribuição de água tratada²⁶, fornecimento de gás e correios. Deste montante, foi quitado R\$ 77 milhões, o que representa 85% do total faturado. Parte deste sucesso se deve à crescente abrangência do Sistema de Pagamento de Concessionárias de Serviços Públicos – SIPC, implantado em 2008 por iniciativa do Tesouro, o qual tem permitido unificar e dar transparência ao cumprimento destas despesas continuadas do Estado.²⁷

A grande maioria dos Órgãos/entidades efetua os procedimentos para pagamento até o dia 25 de cada mês, data de vencimento acordada com as concessionárias. Isto possibilitou que 90% do valor devido de janeiro a abril já estejam adimplidos. Os valores pendentes derivam, basicamente, de problemas orçamentários de alguns órgãos/entidades, os quais ainda não ajustaram seu orçamento para honrarem essas despesas obrigatórias. Encontra-se nesta situação a Secretaria de Obras – SEOBRAS, que está aguardando a descentralização orçamentária de diversos órgãos instalados no prédio da Rua da Ajuda (Banerjão) para regularizar as pendências do condomínio com a LIGHT²⁸ desde janeiro; e a Secretaria de

Gráfico 10



Foram quitados R\$ 77 milhões em serviços de concessionária, com adimplência de 90% em relação a janeiro-abril 2009

²⁶ Não incluídas as despesas com os serviços prestados pela CEDAE.

²⁷ No primeiro semestre de 2009, foram pagos através do SIPC R\$ 54 milhões, quitando-se 98% das despesas de competência do bimestre janeiro-fevereiro, 94% do bimestre março-abril e 75% do bimestre maio-junho.

²⁸ Existem vários órgãos funcionando no prédio do antigo Banerjão e a responsabilidade pertinente à despesa com energia elétrica do prédio foi delegada a SEOBRAS. Cada órgão deve repassar mensalmente à SEOBRAS o orçamento relativo às despesas das suas instalações. A Secretaria recebe o montante total da fatura e envia a SEFAZ para esta efetuar o pagamento..



Administração Penitenciária – SEAP, que está aguardando remanejamento orçamentário.

Comparando-se os gastos com os serviços dos principais concessionários no primeiro semestre de 2009 com igual período de 2008, verifica-se um aumento de gastos de 12%, com a Light; de 14%, com a Ampla; e, a redução de 4%, com a Oi/Telemar, aí incluída a transmissão de dados.²⁹

Em relação à Light, além do aumento de 4,7% nas tarifas e a inclusão de algumas instalações³⁰, outro fator que influenciou nesse aumento foram os gastos na área da Saúde com a instalação das Unidades de Pronto Atendimento – UPA's. Entre junho de 2008 e junho de 2009 o número de UPA's passou de 5 para 23.³¹

Na área de telefonia fixa houve grande economia em virtude do contrato celebrado entre a Oi/Telemar e o Estado em 2008, após licitação desse serviço por meio de leilão. Ao todo, 54 órgãos e entidades, que utilizam fontes de recursos do Tesouro, já aderiram ao contrato, estando 38 órgãos em fase final de migração durante o 3º bimestre. Avaliando estes últimos, observou-se a queda de 70% das despesas em telefonia fixa se comparadas com o mesmo período de 2008, ou seja, uma economia de R\$ 1,2 milhão no semestre.

A dotação orçamentária para o Programa de Trabalho específico das despesas com Concessionárias de Serviços de Utilidade Pública, honradas com Fontes de Recursos do Tesouro, em 2009 é de R\$ 177 milhões, representando redução de 14% em relação ao gasto efetivo com esses serviços em 2008. A previsão de economia se explicaria por um programa de melhoria de consumo na área de Saúde, somada à otimização na área de Telefonia. Até junho, foram

O orçamento para serviços de concessionárias foi reduzido em 14% em relação a 2008

²⁹ Esta redução abrange todos os serviços de telefonia utilizados pelos órgãos, a saber: fixa, móvel e transmissão de dados.

³⁰ A Secretaria de Segurança passou a arcar com as despesas de energia elétrica do prédio da Central do Brasil, que anteriormente eram honradas pela Supervia. As despesas com a Ampla, concessionária de fornecimento de eletricidade para os municípios do interior do Estado, refletem a instalação de equipamento de climatização em significativo número de salas de aula nos últimos meses.

³¹ Dados da Secretaria de Estado de Saúde.

executados 42% dessa dotação. Como parte do esforço de adimplência, o Estado vem acompanhando os níveis de faturamento pelas empresas e liquidação pelos órgãos, o que é facilitado no caso de órgãos já no SIPC. Além disso, o Estado vem monitorando, com especial atenção, o pagamento dos serviços de água e esgoto efetuados pelos Órgãos, sistemática introduzida em 2007 e fundamental para conformidade com o funcionamento eficaz da CEDAE.

V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

A taxa Selic tem apresentado queda persistente, alcançando 8,75% no final de julho de 2009. Não obstante este gradual relaxamento monetário, as aplicações do Tesouro Estadual têm apresentado crescente desempenho, especialmente quando comparado com a referência dos fundos de investimentos, a taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Ao contrário do passado, quando a remuneração média dos saldos do Estado estava próxima a 60% do CDI, hoje o Estado vê seus recursos remunerados a taxas muito próximas e em alguns casos superiores ao CDI (Tabela 46). Esta melhora se deve à escolha criteriosa dos tipos de fundos utilizados e no monitoramento e negociação permanente com as três instituições financeiras que servem ao Estado, a Caixa Econômica Federal, o Itaú e o Banco do Brasil. O estabelecimento de referências—*benchmarks*—em linha com as melhores práticas de gestão financeira representa outro avanço do Tesouro.

O rendimento efetivo dos saldos Tesouro, no terceiro bimestre de 2009, apresentou aumento de 30% relativo àquele obtido no mesmo período de 2008, o que é notável também em vista do declínio da taxa SELIC no período. A melhora na rentabilidade das aplicações do Estado alcançadas a partir da segunda metade de 2008 permitiu que a LOA 2009 dobrasse o rendimento projetado para os saldos do Tesouro em relação ao valor de R\$ 70,5 milhões constante na LOA 2008. Apesar da queda dos juros, 84%

Gráfico 11

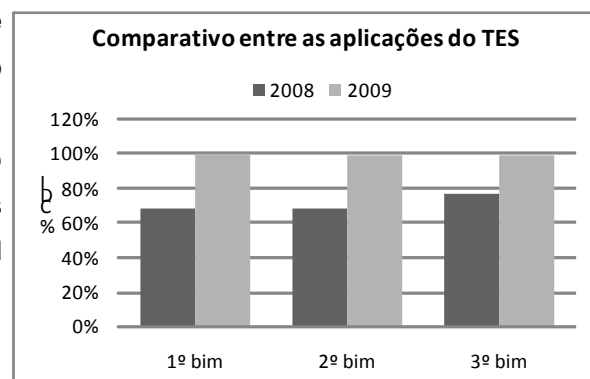


Tabela 46

R\$ milhões

Rendimentos Financeiros do Tesouro Estadual			
junho	Previsão inicial	Receita Realizada	Part. %
2008	70,45	87,14	124%
2009	141,94	118,57	84%
Δ% ano	101%	36%	

O rendimento médio dos depósitos do Tesouro Estadual subiu de 60% do CDI para perto de 100% do CDI



do rendimento projetado para 2009, de R\$ 141,9 milhões, já foram alcançados até o final de junho. Este aumento reflete um crescimento de 36% no rendimento das receitas em relação ao primeiro semestre de 2008 e um rendimento 68% maior do que o projetado para o ano todo na LOA 2008.

V.4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Como política de resolução dos Restos a Pagar 2002-2006, o Estado editou o Programa de Pagamento/Parcelamento instituído pelo Decreto nº 40.874/2007, que estabeleceu procedimentos para o pagamento daquelas obrigações custeadas com as Fontes do Tesouro Estadual (00, 01 e 06). Este programa vem apresentando grande sucesso, e a procura de fornecedores que não conseguiram requisitar tempestivamente sua adesão, tem levado o Estado a reabrir, periodicamente, o prazo para novos fornecedores se habilitarem ao programa. Recentemente, concluiu-se a quarta reabertura de adesões, por intermédio das Resoluções SEFAZ nº 206 e nº 209, de 27 de maio de 2009, e 19 de junho de 2009 respectivamente.³²

Mais de 70% dos 872 fornecedores que aderiram ao programa já tiveram seus créditos quitados pelo governo

Seguindo o cronograma de pagamento estipulado por esta Secretaria de Estado de Fazenda, no dia 25 de maio de 2009, foi pago o montante de R\$ 17.398.885,74, que contemplou o pagamento da quarta parcela para os credores que ingressaram na 1ª fase do programa; o pagamento da terceira parcela para os credores que ingressaram na 2ª fase; e, o pagamento da segunda parcela para os credores que ingressaram na 3ª fase.

Computando-se os pagamentos efetuados em março — referentes à primeira parcela para os que aderiram à 3ª fase — e maio deste ano, o Tesouro Estadual despendeu o total de R\$ 19.763.340,41. O pagamento sistemático das

³² A Resolução SEFAZ nº 209 visou prorrogar o prazo de adesão de 19 de junho, estabelecido na Resolução nº 206, para 30 de junho.

obrigações, combinado com o critério de quitação imediata dos créditos abaixo de R\$ 50 mil, implicou que mais de 70% dos 872 fornecedores participantes do programa já tiveram os seus direitos a receber integralmente pagos,

- Oferta Pública de Recursos

O Decreto nº 40.847 também previa a possibilidade de antecipação das parcelas vincendas do parcelamento, mediante oferta pública de recursos.³³ Assim, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência da Secretaria de Estado de Fazenda, executou a Primeira Oferta Pública de Recursos em 12 de maio de 2009, visando antecipar as parcelas vincendas nos exercícios de 2012 a 2015.

Poderiam participar do referido leilão os credores que: (i) tivessem aderido ao programa; (ii) tivessem parcelas a vencer no período compreendido entre 2012 a 2015; (iii) e que tivessem se credenciado junto ao Banco do Brasil para a obtenção de chave-senha. Venceria o leilão quem oferecesse o maior desconto – a partir do deságio mínimo estabelecido em Edital – sobre o valor total a receber, desde que houvesse disponibilidade de recursos ofertados para cada lote. Destarte, cada lote pôde ter mais de um vencedor.

Foi disponibilizado para a Primeira Oferta Pública de Recursos – 2009, o montante de até R\$ 12 milhões, que foi distribuído proporcionalmente em 07 lotes referentes aos semestres de 2012 a 2015, com os deságios mínimos estabelecidos em Edital. Verifica-se que em muitos casos o

Tabela 47

Percentual de Descontos Mínimos e Auferidos no Leilão

Lote	Parcela	Desconto Mínimo (%)	Desconto Médio Obtido (%)
A	2012-S1	41,58	46,84
B	2012-S2	45,38	47,87
C	2013-S1	50,28	53,03
D	2013-S2	53,51	56,22
E	2014-S1	57,69	60,46
F	2014-S2	60,44	64,05
G	2015-S1	63,99	65,25

³³ A possibilidade de antecipação das últimas parcelas do programa foi prevista no artigo 2º do Decreto nº 40.874 de 02 de agosto de 2007, in verbis:

“Art. 2º. A Secretaria de Estado de Fazenda poderá, excepcionalmente e por despacho fundamentado, ouvida a Comissão de Programação Orçamentária e Financeira (COPOF), antecipar das últimas parcelas do pagamento previsto no art. 1º deste Decreto, desde que oferecidos descontos pelo credor, cujos percentuais mínimos serão fixados e publicados pelo Executivo, observado o princípio da impessoalidade e o disposto no artigo 5º da [Lei nº 8.666/93](#)”.

deságio obtido foi significativamente maior do que o deságio (desconto) mínimo.

Estavam habilitados 156 credores no primeiro lote, no segundo, 146 credores; no terceiro, 137 credores; no quarto, 131 credores; no quinto, 125 credores; no sexto, 123; e, no último lote, 54 credores. Todavia, insta esclarecer que nem todos os credores que estavam habilitados a participar do leilão participaram do mesmo, isso porque caberia ao credor, segundo seu interesse, participar ou não do leilão.

Foram quitados no primeiro lote, 21 participantes; 23, no segundo; 20, no terceiro; 21, no quarto; 18, no quinto; 17, no sexto; e 11, no último lote. Destarte, foram quitadas 131 parcelas.

O valor nominal total das parcelas era de cerca de R\$ 97 milhões. Desse montante, foram quitados R\$ 13.723.527,64 por meio do leilão. O valor despendido pelo Tesouro Estadual para atingir esse resultado, aplicando os descontos ofertados pelos credores, foi de R\$ 6.176.485,08.

Assim, considerando-se os pagamentos efetuados pelo Tesouro Estadual até o primeiro semestre de 2009, aduz-se que, para fins contábeis, o Tesouro Estadual quitou o total de R\$ 81.516.636,66, contudo, o financeiro desembolsado foi de apenas R\$ 73.969.594,10, em razão do deságio ofertado pelos fornecedores participantes do leilão.

Apesar do indubitável sucesso do programa, o Tesouro ainda procura aumentar a parcela de adesão por parte dos fornecedores com créditos de até R\$ 50.000,00. Já que estes correspondem a quase 80% dos aproximadamente 1000 fornecedores com créditos ainda passíveis de serem adimplidos por meio do programa.

Tabela 48

Perfil das Parcelas Pagas no Leilão

Lote	Exercício	Número de Parcelas Quitadas
A	2012/ 1º semestre	21
B	2012/ 2º semestre	23
C	2013/ 1º semestre	20
D	2013/ 2º semestre	21
E	2014/ 1º semestre	18
F	2014/ 2º semestre	17
G	2015	11
Total		131

O governo já quitou o total de R\$ 81,5 milhões de RAP

V.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

O valor total aplicado, no terceiro bimestre de 2009, para pagamento de precatórios foi R\$ 33,1 milhões. Desse total, R\$ 19,6 milhões foram provenientes dos recursos do Tesouro do Estado (Fonte 00)³⁴ e R\$ 13,5 milhões oriundos dos recursos próprios do Rioprevidência (Fonte 10). O planejamento para pagamento dessas obrigações priorizou a quitação dos precatórios de natureza alimentícia inscritos contra a Administração Direta. Atualmente estão sendo adimplidos aqueles inscritos no ano orçamentário de 2001.

No bimestre, foram honrados 28 acordos de parcelamento, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado, e quitados outros 54 precatórios.

Do dispêndio com precatórios, no 3º bimestre de 2009, 79% foram aplicados no cumprimento de obrigações de natureza alimentícia, totalizando R\$ 26,1 milhões, e 21% empregados no pagamento de obrigações de natureza comum, representando um volume de R\$ 6,9 milhões.

Comparando com 2007 e 2008, a partir de quando o Tesouro do Estado passou a ter uma programação para o atendimento destes compromissos, os pagamentos no terceiro bimestre de 2009 representaram um crescimento de 203,62% e 50,64% respectivamente (Gráfico 13).

Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV

Nos meses de maio e junho foram pagas 618 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 5,4 milhões.

Esse valor foi influenciado pelo pagamento do Processo Judicial nº. 2000.004.00503, movido pela Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro. Este pagamento contemplou 484 beneficiários, com valores

³⁴ O valor dos gastos do Tesouro no 3º bimestre ficou abaixo dos R\$ 24 milhões projetados por conta do tempo requerido para se negociar o parcelamento de um grande precatório não alimentar. Com a resolução desta questão, o ritmo foi retomado e a diferença recuperada em julho de 2009.

Gráfico 12

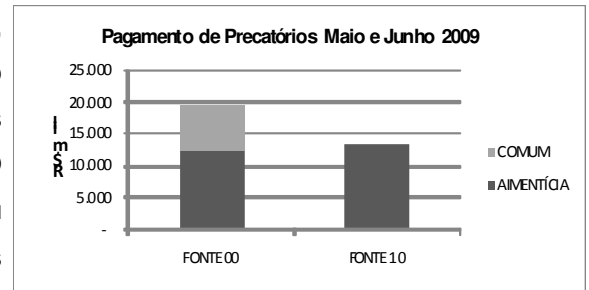


Gráfico 13

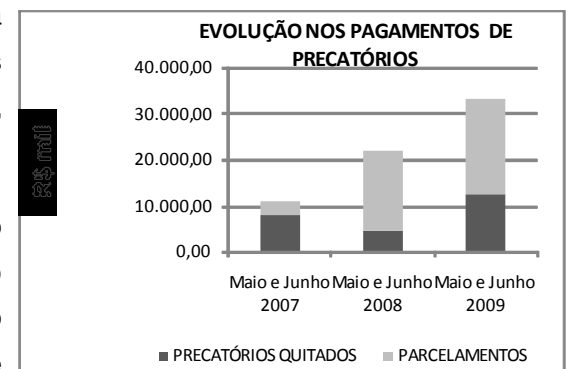


Tabela 49

PAGAMENTOS DE RPV - 2009		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
Maio	525	R\$ 4.516.997,05
Junho	93	R\$ 935.298,67
	618	R\$ 5.452.295,72



médios de R\$ 8,7 mil por beneficiário, destarte inferior a 40 salários mínimos, teto determinado no art. 100, § 3º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Pagamento total de Requisições Judiciais

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagas 672 requisições judiciais no 3º bimestre de 2009, com dispêndio de cerca de R\$ 38,5 milhões. Este valor excede o total pago para atendimento de precatórios em todo o ano de 2006.

BOX 6 - Elementos principais da PEC dos Precatórios enviada à Câmara de Deputados

A questão da regulamentação do pagamento de precatórios de Estados e Municípios é complexa por envolver somas vultosas e uma grande diversidade de situações. Além disso, ela é por vezes apresentada como um dilema entre “governabilidade” e “proteção de direitos”. Este contraste é bem ilustrado pela inadequação da sanção atualmente existente na Constituição, que é a possibilidade da intervenção federal em estados em caso de estados com sérios problemas no pagamento de precatórios. Como, em geral, o pagamento dos precatórios, na forma ideal não se dá por escassez de recursos estaduais em um orçamento rígido, a intervenção federal só poderia aliviar a situação se a União se dispusesse a reforçar o caixa do estado em apuros. Como esta disposição não é freqüente, o remédio constitucional encontrou até agora pouca aplicação. Mas, além disso, esse dilema é equivocado, pois há algumas soluções que permitem facilitar o pagamento efetivo das obrigações públicas, sem real constrangimento aos direitos dos beneficiários.

Há aproximadamente três anos, o Senado Federal propôs nova emenda para tratar da solução do estoque de precatórios e disciplinar o pagamento de precatórios futuros, com a visão de reconciliar os interesses da fazenda pública e de seus credores. Esta PEC tramitou sob número de 12/2006, tendo sido aprovada naquela casa legislativa em 01 de abril de 2009 e encaminhada a Câmara de Deputados em maio. A versão da PEC enviada ao plenário do Senado representou grande esforço de conciliação entre as partes, em parte preservado na versão aprovada na votação que se seguiu.

Alguns dos pontos na proposta aprovada pelo Senado a merecer menção são os seguintes:

Uso do índice da poupança para corrigir os precatórios pendentes: O índice proposto teve a finalidade de evitar distorções, como casos em que precatórios gozam de atualizações superiores a 24% a.a., o que gera situações em que o indenização em ações desapropriações chegam a valer 1000% do valor de mercado atualizado do imóvel. Além de evitar distorções, a proposta reflete o entendimento de que com a crescente estabilidade monetária, a rentabilidade da caderneta de poupança apresenta maior previsibilidade do que as taxas de mercado ditadas pelo Banco Central, ou valores nominais arbitrários como hoje soem ocorrer. A metodologia proposta foi agora antecipada pela Lei Federal nº 11.960/2009.

Pagamento de precatório por meio de leilão. Esta hipótese cria uma alternativa ao pagamento por ordem cronológica. Não seria a primeira vez que a Constituição alteraria a forma de pagamento prevista para pagamento de obrigações. Assinale-se que na proposta no chamado “Relatório Raupp”, anterior àquela enviada ao plenário do Senado, a previsão era de 50% dos recursos destinados ao pagamento de precatórios fossem para leilão, 30% para pagamento avista de precatórios em ordem crescente, e 20% mantida a ordem cronológica. Em alguns casos a introdução de alternativas pode mudar a expectativa de valor dos precatórios, ainda que esta seja hoje extremamente difícil de ser quantificada, pela dificuldade de se preverem os fluxos de recursos destinados pelos entes para o pagamento de precatórios. A proposta protege os pequenos detentores e dá transparência na resolução das pendências com os grandes detentores. A questão de “direito adquirido”, que como o jurista Miguel Reale aponta, recai apenas sobre o direito ao crédito e não sobre o critério de pagamento, não entraria em causa ao se ajustar a forma de pagamento ou mesmo a sua ordem. Além disso, ao separar recursos para os precatórios menores, a PEC apenas expande o que já existe no que toca às requisições judiciais de pequeno valor (inferiores a quarenta salários mínimos), o que permite se criarem filas separadas, de velocidades distintas, que inevitavelmente dilui o princípio da ordem cronológica.

Obrigação de pagamento mínimo em função do estoque de precatórios. Ao vincular um percentual da receita corrente líquida, cria-se uma segurança jurídica hoje inexistente, pois obriga os entes a destinar recursos em valores aferíveis. Impede-se que alguns entes passem anos sem disponibilizar nenhum recurso para o pagamento de precatórios. Dá-se também um respaldo constitucional ao tipo de compromisso que o Estado do Rio de Janeiro passou a

assumir depois de 2007, evitando a experiência dos anos anteriores, quando o pagamento era feito ao sabor dos eventos e em valores tipicamente muito inferiores aos necessários para diminuir o estoque de precatórios. Além disso, ao definir o percentual com base no grau de endividamento dos entes (Receita Corrente Líquida – RCL / Estoque de precatórios pendente de pagamento), a proposta respeita o princípio da isonomia e impõe aos Estados que possuem uma dívida maior, oriunda dessas obrigações, que destinem, proporcionalmente, maior volume de recursos à sua satisfação. Por outro lado, mesmo nos piores casos, o valor mínimo vinculado é absorvível pelas administrações, como identificado após longas negociações com as fazendas estaduais.

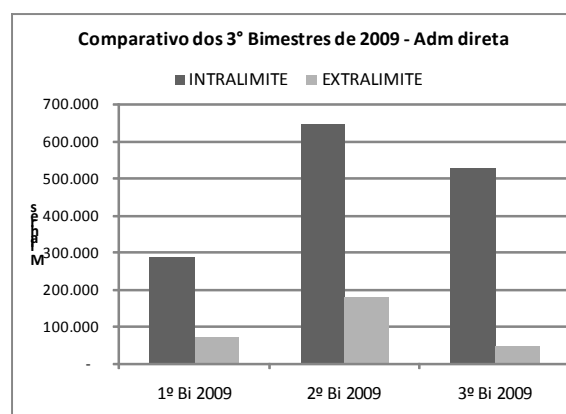
Outros aspectos. A PEC também prevê uma sistemática bastante detalhada para o controle dos recursos disponibilizados pelo Judiciário, e outros dispositivos que reforçam as obrigações dos estados. Talvez o ponto mais controverso da PEC seja a restrição de que no momento do pagamento efetivo do precatório haja compensação contra o credor original pela Fazenda. Esta exigência cria incerteza e pode diminuir significativamente o valor ex-ante do precatório, especialmente enquanto título negociável, sem necessariamente beneficiar a fazenda. Conquanto não haja evidência de que a “securitização” dos precatórios seja a panacéia muitas vezes promovida, não há entre as fazendas estaduais um ânimo de destruir o valor de mercado destes títulos. Muito pelo contrário, a proposta de leilão público visa exatamente aumentar a transparência da formação de preço deste tipo de obrigação. A previsão de pagamento dos precatórios menores em “fila individual” procura, neste sentido, ainda evitar uma das maiores falhas de simples “soluções de mercado”, que seria de privilegiar os agentes econômicos com maior capacidade de espera (menor taxa de desconto) em desfavor do pequeno requerente, permitindo que a eliminação da preferência cronológica redundasse em prejuízo para os mais frágeis. O mecanismo de leilões públicos também evita que “securitização à outrance” resulte em indesejável fardo sobre a dívida pública dos estados. Tal encaminhamento de viés mais financista só seria viável com o concurso da União, mediante a acomodação dos seus créditos contratuais contra os estados e municípios.

V. 6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço

Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 576 milhões com o serviço da dívida³⁵ no 3º bimestre de 2009. O pagamento foi 31% inferior ao valor no 2º bimestre, visto que não se repetiram os pagamentos semestrais dos contratos da dívida externa, ocorridos no bimestre passado e que oneraram o serviço, naquele bimestre, em R\$ 125 milhões (Figura xrv).³⁶ Tampouco houve deslocamento temporal dos pagamentos da dívida intralimite por questão de feriados,

Gráfico 14



³⁵ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³⁶ Além disso, houve redução no pagamento da dívida da administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual, da ordem de 83%, referentes especialmente ao pagamento da semestralidade da dívida da Rio Trilhos. A dívida da administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual refere-se as entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CEDAE, CODERTE, FESP e IVB, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida do Tesouro.

como aquele que, no final do primeiro bimestre, onerando financeiramente o segundo bimestre.

No terceiro bimestre, o total efetivamente pago da dívida intralimite foi de R\$ 528 milhões, apesar do valor devido pelo cálculo integral da tabela *Price* ser de R\$ 565 milhões. Assim, a aplicação do teto dos 13% da Receita Líquida Real gerou resíduo de R\$ 37 milhões, incorporado ao saldo do contrato (Tabela 50).

Tabela 50

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública pago no bimestre (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2º Bimestre 2009			3º Bimestre 2009			Δ % do total no bimestre Total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	293.564	535.005	828.568	204.810	370.390	575.200	-31%
INTRALIMITE	166.261	481.919	648.179	169.662	358.140	527.802	-19%
EXTRALIMITE	127.303	53.086	180.389	35.148	12.250	47.398	-74%
ADM. INDIRETA - CUSTEADA (F. TESOURO)	3.200	1.991	5.190	677	231	908	-83%
TOTAL	296.764	536.995	833.759	205.487	370.621	576.108	-31%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	172.549	361.045	533.593	206.989	358.140	565.129	6%
Valor devido pelo limite (13% da RLR)	139.660	361.045	500.705	169.662	358.140	527.802	5%
Diferença incorporada no resíduo	32.888	-	32.888	37.327	-	37.327	13%

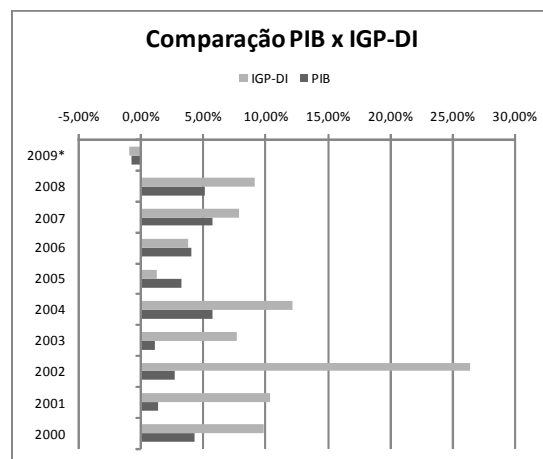
Valores pagos no bimestre a preços correntes.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 3º bimestre deste ano, o estoque da Dívida Financeira somou R\$ 52 bilhões, 0,24% menor que o segundo bimestre. Este decréscimo se deve principalmente à queda do IGP-DI³⁷, índice aplicado no reajuste do estoque da maior parte dos contratos da dívida interna (Gráfico 15).

Ressalte-se que a indexação pelo IGP-DI tem, historicamente, feito a dívida pública do Estado crescer mais rapidamente do que o PIB nominal, apesar do seu comportamento mais brando em 2009.

Gráfico 15



Fonte: IGP-DI (FGV) e PIB (IBGE). * considerando apenas o 1º trimestre de 2009.

³⁷ Os saldos devedores são corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, no 3º bimestre fechou em 0,22% (IGP-DI de abr/09 a mai/09) e nos últimos 12 meses (de jun/08 a mai/09) em 1,08%. As dívidas com a União, que representam 96,88% do montante total, tiveram um aumento de 0,31%. Os contratos de Assunção de Dívidas do BERJ, junto ao BACEN, e de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que juntos representam 92,52% desta dívida, tiveram um redução nominal de 0,24% e um aumento nominal 0,26%, respectivamente.



Na dívida externa, indexada ao dólar e ao iene, também foi observada redução no valor do estoque, em face da valorização do real. O mês de junho encerrou com saldo de R\$ 1,55 bilhão, 9% inferior ao valor observado no mês de abril de 2009.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou uma deterioração de 2%³⁸, passando de 2,24 para 2,28. Embora o estoque da dívida tenha diminuído em comparação com o bimestre anterior, a Receita Líquida também caiu 2,20%. Esta queda ocorreu, principalmente, pela redução de R\$ 400 milhões no repasse da participação especial/Royalties feitos pela União, no mês maio de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 51

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2009			
	2º Bimestre	3º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	52.014.312,72	51.888.072,71	-0,24%
INTERNA	50.239.318,76	50.270.716,43	0,06%
Dívida com a União	50.239.318,76	50.270.716,43	0,06%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	1.700.554,70	1.548.831,90	-8,92%
Com Aval do Tesouro Nacional	1.697.237,80	1.545.813,01	-8,92%
Mobiliária	3.316,90	3.018,89	-8,98%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	74.439,25	68.524,38	-7,95%
DÍVIDA FINANCEIRA	52.014.312,72	51.888.072,71	-0,24%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	23.245.514,42	22.733.342,86	-2,20%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,24	2,28	2,00%

³⁸ A meta da Dívida para o exercício de 2009, fechada no programa de ajuste Fiscal assinado em 08/04/2008, foi de 2,28 e ajustada em 2,37.



Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 54 milhões de receita de operações de créditos, até o terceiro bimestre de 2009. Desse montante, R\$ 31,12 milhões, foram destinados para a expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (recursos provenientes do BNDES); R\$ 19 milhões, ao Programa Estadual de Transportes Adicional (recursos provenientes do BIRD); e R\$ 4 milhões, ao Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (recursos provenientes do BNDES).

No mês de maio, o Estado deu entrada, junto à Secretaria do Tesouro Nacional, a um pedido para contratação de nova operação de crédito interna, junto à Caixa Econômica Federal. Os recursos projetados de R\$ 558 milhões serão destinados à melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado do Rio de Janeiro. Após rápida tramitação, o contrato desta operação foi assinado no dia 07 de julho de 2009.



Tabela 52

R\$ mil

	2009 ^(*)		2010	2011	2012	2013	2014	2015 ^(*)	TOTAL
	Liberado	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar	a Liberar
1. Operações de Crédito Contratadas^(*)	53.935,74	87.382,64	15.738,33	-	-	-	-	-	103.120,97
A - Operações contratadas com o SFN	35.091,47	87.382,64	15.738,33	-	-	-	-	-	103.120,97
1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.154 C	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.164 D	-	3.280,01	-	-	-	-	-	-	3.280,01
3. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 A e B	-	6.588,73	-	-	-	-	-	-	6.588,73
4. BNDES - EXP. METRÔ - 12.1.169(GENERAL OSÓRIO)	31.116,35	71.584,14	15.438,33	-	-	-	-	-	87.022,47
6. BNDES - PMAE	3.975,11	5.929,76	300,00	-	-	-	-	-	6.229,76
B - Demais	18.844,27	-	-	-	-	-	-	-	10.948,00
1. BIRD - Programa Estadual de Transportes - ADICIONAL	18.844,27	-	-	-	-	-	-	-	10.948,00
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	88.410,90	489.132,35	341.554,26	47.739,72	50.143,77	30.285,12	975,80	1.048.241,92
1. BIRD - RIO RURAL	-	5.366,90	11.904,76	16.881,34	18.832,94	15.807,96	7.318,50	975,80	77.088,20
2. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	-	47.901,87	156.242,14	122.800,50	28.906,78	34.335,81	22.966,62	-	413.153,72
3. CAIXA - SANEAMENTO	-	35.142,13	320.985,45	201.872,42	-	-	-	-	558.000,00
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF^(*)	-	183.394,95	140.684,83	117.799,25	79.965,60	54.755,69	-	-	576.600,32
Total 1.+ 2. + 3.	53.935,74	359.188,48	645.555,51	459.353,52	127.705,32	104.899,46	30.285,12	975,80	1.727.963,21

(*) Valores realizados em 2009, a preços correntes.

(*) Contem o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de jun/2009

(*) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 08/04/2008, atualizados pelo IGP-DI.

V.7 Acompanhamento financeiro de Convênios

Como mencionado na edição anterior, o Estado tem diversos convênios firmados com outros entes federativos e/ou entidades não governamentais. Estes convênios podem ser segmentados entre aqueles firmados com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, que tendem a aportar receitas ao Estado; e os em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais.

Uma parcela representativa dos convênios de receita firmados entre o Estado do Rio de Janeiro e a União está abarcada no Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC, cujo valor total previsto para transferência para o Rio de Janeiro, alcança cerca de R\$ 2 bilhões, com contrapartida do Estado de R\$ 626 milhões. Deste valor, o Estado já desembolsou R\$ 138 milhões (22% do total das contrapartidas acordadas), sendo R\$ 77 milhões no primeiro semestre de 2009. O desembolso da União somou R\$ 85 milhões.

Do valor disponibilizado, nos primeiros seis meses de 2009, houve empenho de R\$ 107 milhões em recursos do Tesouro Estadual, dos quais mais de 25% já foram liquidados.³⁹ Não obstante, o desembolso no 3º bimestre, atingiu apenas R\$ 2,7 milhões.

Por seu lado, os compromissos do Estado com os mais de 200 convênios firmados com Municípios e/ou outras entidades não governamentais para desenvolvimento de projetos em áreas de interesse público, ultrapassam a R\$ 600 milhões.

Entre os convênios de despesa firmados com as prefeituras, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios – PADEM recebeu cerca de R\$ 7 milhões no primeiro semestre de 2009, sendo pagos no 3º bimestre R\$ 4,2 milhões (Tabela 53). Estes recursos são destinados a obras

Gráfico 16

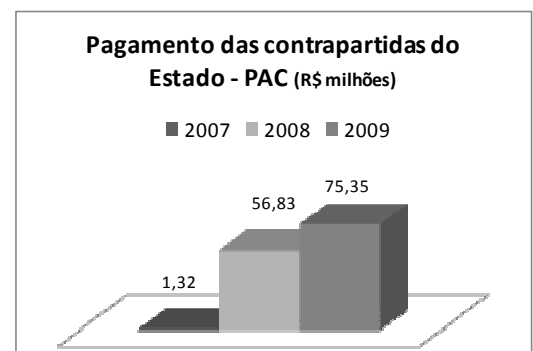


Tabela 53

Repasso às prefeituras - PADEM				
prefeituras	1º bím	2º bím	3º bím	Total
Pref. Mun. de Aperibe			50	50
Pref. Mun. de Barra Mansa		520	520	1040
Pref. Mun. de Cantagalo			100	100
Pref. Mun. de Nilópolis			436	436
Pref. Mun. de Paraíba do Sul			174	174
Pref. Mun. de Queimados	400		400	800
Pref. Mun. de Rio Bonito		200	400	600
Pref. Mun. de São Fidelis		480	480	960
Pref. Mun. de S. José do V. do Rio Preto			228	228
Pref. Mun. de São Sebastião do Alto			81	81
Pref. Mun. de Tanguá			100	100
Pref. Mun. de Vassouras			142	142
Pref. Mun. de Volta Redonda			292	292
Pref. Mun. de Bom Jardim		185		185
Pref. Mun. de Pineiral		125		125
Pref. Mun. de Valença		272		272
Pref. Mun. de Areal		48		48
Pref. Mun. de Carapebus			174	174
Pref. Mun. de Eng. Paulo de Frontin		122		122
Pref. Mun. de Petropolis		322		322
Pref. Mun. de Porto Real			50	50
Pref. Mun. de São João da Barra			630	630
Total	400	2.274	4.257	6.931

³⁹ Dados extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG)



de habitação e de infra-estrutura em amplo conjunto de municípios, e têm alcançado valores expressivos. Em 2008, o valor transferido mediante o PADEM se aproximou de R\$ 40 milhões, ainda inferior aos valores liquidados nos anos pares do começo da década (Tabela 53). A dotação para 2009 é de R\$ 52,7 milhões.

Tabela 54

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Empenhado	66,29	0,37	86,83	34,39	50,16	27,87	40,86	27,67
Liquidado	66,29	0,37	86,83	34,39	50,16	27,87	40,86	27,67
Pago	66,08	-	66,36	32,09	50,16	27,87	39,29	27,19

Nos 148 convênios de despesa celebrados com entidades não governamentais, para a manutenção de projetos nas áreas de esporte e turismo (8), ação social (139) e cultura (1), desembolsou-se, nos meses de maio e junho de 2009, o montante de R\$ 15 milhões. Tais despesas estão individualizadas no mapa de pagamentos do Estado, atualizado até 48 horas depois do pagamento das respectivas PD's e disponível no sítio da Fazenda Estadual ⁴⁰. A informação está disponível em planilha eletrônica que pode ser carregada para análise em condições confortáveis pelo cidadão.

⁴⁰ http://www.fazenda.ri.gov.br/portal/index.portal/transpFiscal/fornecedores/pds/pds_pagas.shtml.